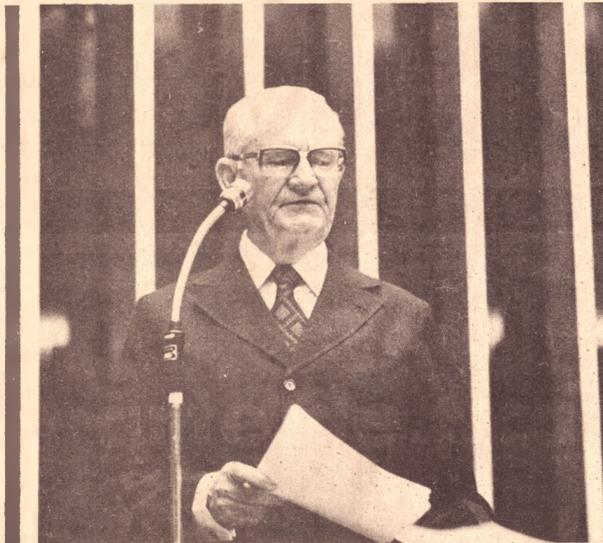


Greve pára a FNM três dias

Geisel Tranquiliza Alto Comando do Exército:



Luz Humberto - ABRESS

REFORMAS NÃO MUDARÃO O REGIME

As reformas políticas anunciadas pelo presidente Geisel aos chefes da ARENA, não implicarão em perda de substância, do regime; ao contrário, visam assegurar sua integridade, conforme o próprio presidente informou ao Alto Comando do Exército. Garantiu ainda que o próximo presidente da República será um general, a extamente para dar continuidade à "revolução." A ARENA o presidente pediu a vitória nas eleições de 1978 e disse que as regras do jogo vão mudar no fundamental. Ou seja, permanece a Lei Falcão.

Egydio defende Erasmo. Quem defende Egydio?

"Dificilmente o réu maior punirá o réu menor", disse a Em Tempo um dos líderes estudantis de São Paulo, comentando o relatório da Comissão Especial de Inquérito da Assembléia Legislativa que culpou o cel. Erasmo Dias pela violência da invasão policial da Universidade Católica.

Declarou o diretor do DCE-Livre da USP "Alexandre Vanucci Leme": "Réu não é somente o cel. Erasmo Dias. réu é o regime que coíbe a liberdade de organização e expressão dos setores oprimidos. Dificilmente o réu maior punirá o réu menor, a menos que a opinião pública o obrigue a dar um passo atrás e escolher um bode expiatório para salvar as aparências."

O governador Paulo Egydio acabou por endossar plenamente essa mesma tese, declarando em São Paulo, em público, que "a responsabilidade total e plena, especificamente no caso da invasão policial na Pontifícia Universidade Católica, ocorrida em 22 de setembro último, é minha".

Aparentemente, pretendeu o governador reforçar o amparo oficial ao cel. Erasmo Dias. A CEI, constituída para analisar aqueles episódios, concluiu pela legalidade da manifestação que ali se realizava em comemoração ao III Encontro Nacional de Estudantes (ENE), e acusou o Secretário de Segurança de crimes de "abuso de autoridade", "crimes de responsabilidade" e outros "delitos comuns previstos no Código Penal".

Apesar de tão incisivas conclusões, os parlamentares cederam a pressões e deixaram de recomendar o envio do relatório da CEI ao Ministério Público, do que resultaria necessariamente a abertura de um processo contra o Secretário, aumentando a sua vulnerabilidade. O relatório



Cedilo Apolinário - ABRESS

deverá ser encaminhado simplesmente ao governador Paulo Egydio, "para apreciação dos fatos e adoção das medidas cabíveis". Segundo a "Folha de São Paulo", teria havido até mesmo ameaça de cassação de mandatos de parlamentares, se as coisas assim não ocorressem.

Para o DCE-Livre da USP, o fato de a CEI ter se realizado e chegado às conclusões que chegou, foi "uma vitória da opinião pública, cuja indignação pressionou nossos sonolentos deputados a tomarem uma posição". Quanto à possibilidade de punição aos responsáveis, acha que "não se devem alimentar ilusões a respeito. Afinal — disse — as gavetas já estão repletas de casos semelhantes ou até piores, dos quais não resultou nenhuma punição aos responsáveis. Quem responde por Alexandre Vanucci Leme, Herzog, Brambilla, pelas recentes torturas no Rio, pelos atentados a bomba da AAB e por inúmeros outros episódios? As gavetas, de tão cheias, um dia arrebentam. Mas talvez ainda não seja desta vez. Toda a operação repressiva pretendia atingir o III ENE, cujos objetivos eram discutir as condições de ensino e as questões referentes à luta pelas liberdades democráticas. Portanto o que está em questão é o direito de nos organizarmos e lutarmos por objetivos justos e legitimados pelos estudantes de todo país."



Sergio Sade - ABRESS

A invasão ficou famosa pela violência da ação policial, resultando em depredações no campus e em diversos feridos, entre os quais algumas moças com queimaduras de terceiro grau, causadas por ainda mal explicadas bombas incendiárias, que o coronel diz não terem sido jogadas.

Oito mil operários dos onze mil da Fiat-Diesel do Brasil (antiga Fábrica Nacional de Motores), no município de Duque de Caxias, no Estado do Rio, pararam — e em algumas seções diminuíram — a produção de caminhões e automóveis, durante três dias, no início de novembro. As paralisações, que se alternaram por praticamente todas seções da fábrica, tiveram um objetivo: protestar contra um aumento salarial que beneficiou apenas poucos operários. No quarto dia de greves e boicote, a fábrica italiana, ainda considerada área de segurança nacional, cedeu e prometeu um aumento geral que deve sair no pagamento de início de dezembro. No auge da greve, a produção da fábrica caiu 60 por cento.

A queda da produção começou, no dia 8, logo após o pagamento, às 9hs30 m. Até aquela hora já tinham sido montados quatro caminhões dos 23 que são, normalmente, montados por dia. Depois do pagamento, apenas um caminhão entrou na linha de montagem e assim mesmo não chegou até o fim da linha. (Cada caminhão destes custa Cr\$ 400 mil). Na seção de montagem de automóveis ocorreu o mesmo: nenhum foi montado depois do pagamento. Normalmente esta seção produz 36 automóveis por dia e cada um está custando, nas revendedoras, Cr\$ 90 mil. Ainda no primeiro dia, centenas de operários jogaram suas bandejas no chão do restaurante, em sinal de protesto.

No segundo dia, todos marcaram cartão mas cerca de três mil operários sequer mudaram de roupa para trabalhar. Com a paralisação quase geral, a produção caiu 60 por cento. Foram montados apenas oito caminhões e 12 automóveis.

Em algumas seções houve incidentes. Um representante da CIPA — Comissão de Prevenção de Acidentes, por exemplo, exigiu o número de matrícula de dez operários que estavam parados e sem os óculos de segurança obrigatórios. Os operários, no entanto, reagiram a barras de ferro e expulsaram o representante da CIPA. (Todo operário da FNM tem uma matrícula e é obrigado a mostrá-la toda vez que solicitado pela segurança interna da fábrica, inclusive quando tem de circular de uma seção para outra).

No terceiro dia, a produção subiu um pouco: foram montados 14 caminhões e 18 automóveis.

No quarto dia, o recuo da empresa: às 10 horas, a diretoria, através dos chefes de seção, comunicou que daria aumento para todos, no pagamento de dezembro. Os operários ainda estavam revoltados e, mesmo com a notícia, a produção não se estabilizou.

Desde que a empresa italiana comprou a maioria das ações da FNM, em junho, este é o segundo grande incidente com trabalhadores, no Brasil. O primeiro foi há poucos meses, quando a Fiat tentou modificar as assinaturas das carteiras de trabalho dos operários antigos, substituindo as da FNM pelas suas. Isso significaria a perda de direitos de milhares de trabalhadores que resistiram.

Na greve deste mês, a fábrica tentou solucionar o problema de outra forma, embora nenhum diretor tenha tentado negociar diretamente com os grevistas. Tanto que a negociação final foi feita através dos chefes de seção. Os operários não propuseram um índice para o reajuste porque não chegaram a formar uma comissão para representá-los. Eles pensavam não ter condições para tanto: seus representantes poderiam ser punidos.

Outro detalhe da greve, para entendê-la melhor: a questão do aumento. Já é tradição na FNM, em antecipação, em maio, de 15 por cento do reajuste salarial. Em outubro, época do reajuste obrigatório, a empresa não desconta aquele adiantamento. Isso foi conseguido em outubro de 75 quando, diante do desconto dos 15 por cento de emergência que conseguiram em maio, todos os trabalhadores da seção de usinagem paralisaram o serviço. Foi prometido, então, um reajuste geral para novembro. (Na época, os operários ganharam Cr\$ 3,10 a hora, foram reajustados para Cr\$ 4,10 em outubro e para Cr\$ 4,50 em novembro).

Este ano houve um aumento em fevereiro, também variado, mas para a maioria dos operários; houve a antecipação de 15 por cento em maio e o reajuste salarial de outubro. Em novembro, saiu um aumento para alguns poucos operários, o que fez com que a maioria ficasse descontente e iniciasse os três dias de luta.

O fato de milhares de operários, durante vários dias e numa mesma fábrica, realizarem um protesto tão significativo tem uma importância muito especial para o movimento operário do Rio de Janeiro, pois isto não acontece há muitos anos. A FNM, agora Fiat, representa o maior polo de concentração operária da área metalúrgica do Rio, tendo um passado de tradição de luta dos mais conhecidos. Mesmo depois de 64, com a quase militarização da fábrica, com a perseguição e restrição à qualquer atividade sindical de forma mais independente, tem sido da FNM de onde parte uma base importante de reaglutinação do movimento sindical. Agora mesmo, os cabeças das duas chapas que disputaram o sindicato são originários daquela empresa.

De uma certa forma, o movimento lembra um tipo de luta operária já utilizado nas greves de Osasco e Contagem, em 68: ocorreu mais uma vez, um protesto às margens da estrutura sindical oficial — neste caso sem o patrocínio, sequer, da oposição sindical. Estas experiências de luta apontam, mesmo precariamente, para um novo sindicalismo — sem o abandono, atualmente, da luta dentro do sindicato — em que a participação das bases será o elemento qualitativamente novo.



A oposição venceu as eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio mas pode não tomar posse.

O atual presidente do sindicato já insinuou que o Ministério do Trabalho poderá impugnar seis nomes da chapá vencedora. A Delegacia Regional do Trabalho diz que "há apenas nomes sob suspeição." (página 5)

A TV que mudou de canal

página 2

A arte de ficar no poder

página 3

Trabalhador e democracia

página 3

Presos políticos em luta

página 6

Os mitos da cultura

página 7

A crise internacional

página 9

Gerais

Auto-censura na TV Bandeirantes

Para que servem os meios de comunicação?

Durante um almoço em que era homenageado por 300 empresários, o novo manda-chuva dos Diários e Emissoras Associadas, Mauro Salles, disse que aos jornais, emissoras de rádio e estações de TV "cabe a missão de apoiar os governantes".

Sem que constasse do cardápio, ele incluiu na refeição alguns conselhos de patrão para patrão, mostrando a necessidade de controle sobre os empregados com poder de decisão (o segundo-escalão assalariado) para que eles não adotem políticas conflitantes com os interesses do governo e dos empresários.

João Jorge Saad, dono da Rede de Televisão Bandeirantes ouviu todo o discurso com certo orgulho pessoal. O orgulho de quem já começara a cumprir seus deveres muito antes do pronunciamento do colega. É que três dias antes, ele havia demitido o diretor do departamento de telejornalismo de sua estação, que se recusara a fazer o Jornal da Bandeirantes com as proibições impostas pelo patrão. Ele não queria que os jornalistas falassem de Anistia, de Constituinte, de sindicatos operários e de qualquer tipo de reclamação popular. Esses assuntos, diria Saad, não tinham nada em comum com os objetivos da empresa.

Há três anos atrás, "seu João", que é genro e herdeiro de Adhemar de Barros, não achava a mesma coisa. Para ele, era possível conciliar os interesses da empresa (o lucro, evidentemente) com uma programação mais inteligente, independente, e até mesmo mais ousada. Seria uma forma de apresentar alguma alternativa à TV brasileira, tirando um pedaço do

público (e do mercado publicitário) quase que monopolizado pela Globo (que prima pelo tratamento superficial das coisas e pelo puxa-saquismo governamental). Foi assim que Saad contratou uma equipe de telejornalismo séria, que tinha como objetivo a cobertura de todos os acontecimentos importantes para a vida dos empresários e dos trabalhadores (incluindo problemas econômicos, o movimento sindical, a qualidade de vida, a política). E foi assim que Asa apoiou a linha de shows musicais, que incluía até o proibido Chico Buarque de Holanda. Segundo fontes do próprio Ministério das Comunicações, esse tipo de iniciativa podia não agradar muito a Brasília, mas também não era visto com antipatia, já que havia interesse do governo em quebrar o monopólio da Globo. E nessa linha que ele conseguiu importantes concessões para montar canais em Belo Horizonte, Rio e Salvador, além de receber o "de acordo" para convênios com estações da Amazônia, Goiás e Pernambuco.

Mas a política do Ministério das

Comunicações mudou. Não que fosse só pela irritação que a programação causava (e que já se manifestava em alguns processos do Dentel). Não que fosse só pelos acordos políticos entre João Saad e o ex-governador da Guanabara Chagas Freitas, que estariam pretendendo reviver o ademarismo, com o fim dos dois partidos. Foi por tudo isso e mais pelo fato de que a Rede do Saad era montada muito lenta e precariamente, tendo muito chão ainda até a sua consolidação. O governo preferiu por dinheiro (700 milhões de cruzeiros) nas mãos do confiável Mauro Salles, para que ele reerguesse a Rede Tupi, já todinha montada, e em condições de apresentar novas alternativas dentro da missão de apoiar os governantes.

Furioso — de acordo com a expressão de um alto dirigente da Bandeirantes — o genro de Adhemar resolveu mudar também toda a política de programação da Rede, tentando mostrar ao governo que "ele não é nada daquilo que estavam pensando". Começou no dia 21 de novembro, informando ao diretor do departamento de Telejornalismo que estavam proibidos os assuntos que pudessem chocar a sensibilidade de qualquer autoridade ou anunciante. O jornalista foi demitido, e dois outros colegas — que ocupavam cargos de responsabilidade — colocaram seus cargos a disposição do empresário.

No dia seguinte, conta um velho e experiente repórter que trabalha na cobertura dos atos do governador, João Saad iniciava a sua reaproximação com o governo, anunciando com satisfação — a um funcionário subalterno do Palácio — que havia demitido Gabriel Romeiro.

Muito pouco e muito tarde.

As reformas políticas propostas pelo general Geisel começam pela imposição de que seu sucessor será também um general. E terminam por garantir a "integridade do regime revolucionário". Mas, então, que reformas são essas?

Finalmente o governo tirou da cartola o seu projeto de reformas políticas. Com diferenças menores de conteúdo e grandes no estilo e na retórica, o projeto apresentado pelo general Geisel aos chefes da ARENA de todo o país no último dia primeiro, confere com aquele que, em nome do governo, o ministro Fernando Belfort Bethlem apresentou aos generais do Alto Comando do Exército oito dias antes.

Ao Alto Comando, segundo o cuidadoso relato do Jornal do Brasil, e que citamos entre aspas Geisel mandou dizer que:

1 - seu sucessor será mesmo um militar, "por entender que a permanência de um general no comando do governo constitui garantia da preservação da revolução."

2 - As reformas só serão definidas após e em consulta com o sucessor. "Mas deseja" esclarecer que elas serão realizadas sem perda de substância da revolução. Ao contrário, entende que a modificação de deter-

minados aspectos da legislação revolucionária, com a criação de novos mecanismos, ajustar-se-á ao objetivo de preservar a integridade do movimento revolucionário."

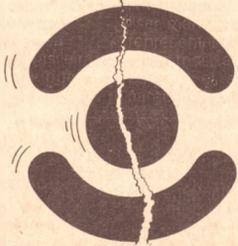
3 - Entende que "eventuais mudanças de métodos não significam afrouxamento da campanha (de combate à subversão), mas apenas necessária atualização... Os órgãos de Segurança não serão desmobilizados, mas, ao contrário, continuarão a receber do governo todo o apoio. Entende, no entanto, que não é desejável que tais órgãos sejam super-dimensionados ou hipertrofiados."

4 - Somente o senador Petronio Portela está autorizado a falar em seu nome (sobre as reformas). O Marechal Cordeiro de Farias não fala e nem atua em seu nome.

Já na reunião da ARENA, o presidente dourou um pouco a pilula (não disse, por exemplo que seu sucessor será mesmo um militar), e acrescentou um elemento novo: o de que não haverá mudanças nas regras do jogo

eleitoral em 1978 "a não ser por aspectos secundários." Isso significa que permanece a Lei Falcão, mas, quem sabe, o governo poderá modificar, por exemplo, o procedimento de escolha indireta para presidente, impedindo que o senador Magalhães Pinto desafie, na convenção da ARENA, a determinação (já comunicada ao Alto Comando), de sagrar um militar como próximo presidente.

O governo, como se vê, que o melhor de todos os mundos. Quer do autoritarismo todos os poderes e ainda que esse plenos poderes não levem a certos "excessos", para usar uma expressão amena. E quer ao mesmo tempo a melhor maquiagem possível com os creme da democracia, mas sem nenhum risco de que se caia, numa democracia. O que mais dizer de um projeto de reforma política que de saída, para começo de conversa, exige a sagração de um militar, escolhido entre as quatro paredes de um gabinete no planalto central, para mais seis anos de presidência?



E o monopólio da TV Globo?

A TV Globo sempre foi muito zelosa no cumprimento das determinações do governo. Até zelosa demais. Acontece, porém, que é impossível controlar palavra-por-palavra, imagem-por-imagem durante todo o dia. E sempre sai alguma coisinha que as autoridades consideram perigosa, subversiva, atentatória à moral e aos bons costumes. Afinal de contas, a emissora vai ao ar graças ao trabalho de profissionais assalariados (em sua maioria vivendo todos os problemas de qualquer assalariado) e é muito natural que a visão de mundo desses trabalhadores apareça de uma forma ou de outra na programação. O governo estaria considerando muito perigoso que essas coisinhas ou outras (problemas sociais, situações de divórcio, etc) fossem vistas ao mesmo tempo por todos os telespectadores. "Dá de repente aparecer uma loucura qualquer que contrarie a ordem! Serão milhões de pessoas a acreditar somente nessa verdade. E daí ao caos é um passo", comentou certa vez um funcionário do governo. O que as autoridades pretendem é dividir mais a crença do público entre diversas emissoras, pois "da mesma forma que uma mensagem sadia pode contaminar ao mesmo tempo todo público, uma outra, negativa, pode agir adversamente".

Onze a um

Entre irritações e ameaças de importantes líderes do Partido, representantes do MDB-Jovem de 11 Estados reuniram-se na última quinzena em Brasília. O líder na Câmara, Freitas Nobre, esteve na abertura — rapidamente.

Ulysses Guimarães, presidente do MDB, só apareceu no dia do encerramento, para condenar a convocação da reunião sem consulta à direção nacional e ameaçar de veto qualquer novo encontro realizado nessas condições. A ira de Ulysses Guimarães deve ter provocado surpresa. Afinal, o programa mínimo de ação definido no encontro de Brasília é muito semelhante ao chamado "documento de Santa Maria", aprovado pela Executiva do Partido — embora jamais levado à prática. O programa mínimo, mantendo identidade com o programa oficial emedebista ao nível de propostas políticas, inova na parte dos métodos, apelando para a mobilização da população: "1) — Convocar as entidades representativas da população, tais como sindicatos, clubes, associações profissionais, diretórios estudantis, sociedades de amigos de bairros e outros órgãos comunitários, para o debate em torno da Constituinte. 2) — Estabelecer plano de

ação conjunta e coordenada com essas entidades pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte. 3) — Criação nos bairros, nas escolas, nos clubes e nos locais de trabalho, de círculos de debates sobre temas de interesse local e nacional, identificando os interesses dos trabalhadores, funcionários públicos, estudantes e donas de casa e outros segmentos, numa nova Constituição Brasileira. 4) — Distribuição de cartilhas, cordéis, jornais e outras publicações sobre a Constituinte."

Garcia Lorca ainda incomoda

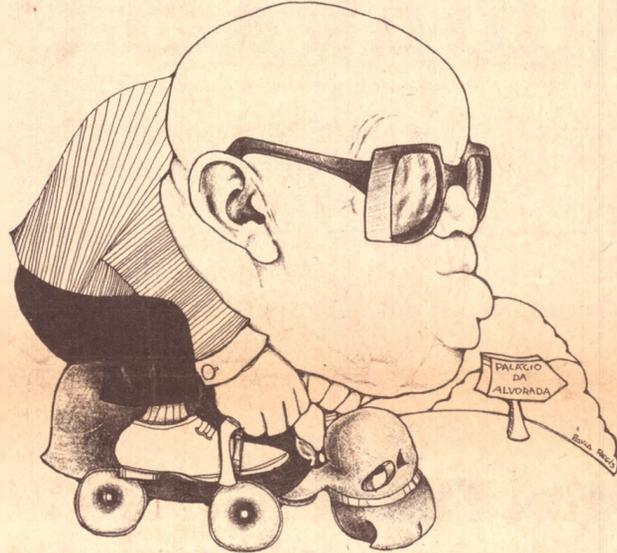
Eduardo Saphira, "jornalista de horas vagas", como ele próprio se intitula, foi convidado recentemente para assinar uma coluna semanal de amenidades no matutino baiano **A Tarde**. Durante cinco semanas a coluna saiu tranquila, mas acaba de ser vetada, por ser considerada muito "pesada".

Explicação do cronista: O **Desenbanco**, comemorando a chegada da primavera, lançou uma campanha de publicidade com o slogan "**Verde que te quero verde**". Alguém n'**A Tarde** publicou que o slogan era uma homenagem a Garcia Lorca.

Joaquim Cruz Rios, a um só tempo funcionário do **Desenbanco** e secretário de **A Tarde**, ficou indignado com o comentário, "onde já se viu, **A Tarde** homenagear um poeta comunista...". Dia seguinte, o **Desenbanco** desmentiu pela imprensa qualquer vinculação com o poeta (assassinado pelos fascistas espanhóis em 1936). O cronista resolveu comentar o lance, tão engraçado. O texto foi vetado por Cruz Rios, e Saphira pediu explicações. Durante o papo, as modernas instalações da redação não conseguiram eliminar no cronista a impressão de estar falando com um personagem do século XVIII, extraído de alguma comédia bufa. Baixinho, cabelos brancos, atarracado, exaltado, patético, foi cômico ele se explicando: "isso aqui é uma casa que tem ordem, hierarquia, disciplina, respeito, não é para o senhor ficar esculhambando todo mundo não. E esse negócio de Garcia Lorca, isso é uma gozação pessoal comigo, não é possível".

Estudantes não podem estudar

Dia 10 de novembro, o campus da Universidade Federal do Recife foi ocupado por tropas da Polícia Militar, convocadas pelo reitor. É que os estudantes tinham entrado em greve: pediram autorização para realizarem um curso de férias mas o Magnífico não deu. Como se vê, tudo começou porque os estudantes queriam estudar. Mas o reitor permaneceu irredutível: "Aqui estudante não decide nada. Quem manda somos nós da reitoria". Dias depois, ele reafirmou que não haveria os tais cursos. E foi aí que chamou a Polícia. Ao mesmo tempo, decretou a intervenção do Diretório Central dos Estudantes e suspendeu temporariamente dezesseis deles. O que os levou a perder o semestre, por faltas. Lá mesmo no Recife, na Universidade Católica, 17 de novembro foi dia de eleição para o DCE e diversos Diretórios Acadêmicos. Duas chapas: Década e Construção (que acabou vencedora) e a FIEL — Frente Integrada dos Estudantes Livres —, na situação. A FIEL acusou Década e Construção de "ser mantida por entidades clandestinas" e "de representar interesses estranhos à Universidade". Nas urnas, a resposta dos estudantes: para a Fiel, só restou um dos trinta cargos que estiveram em disputa.



CURTO CIRCUITO

Lucro, Leite, Justiça

- I -

"O lucro empresarial gerado no sistema de livre mercado é sinônimo de eficiência, é o instrumento do aumento da produtividade e portanto da distribuição da renda e do aumento do nível de vida

Tudo que é do ser é motivo de júbilo e não de vergonha numa sociedade que deseja o progresso"

- II -

"É necessário um esforço para superar nosso romantismo e nossos valores provincianos ligados à época feudal e considerar justo, por exemplo, tanto o lucro obtido na venda de usque como o obtido na venda de leite.

Caso contrário não sairemos da atual situação de abundância de usque e falta de leite"

Dois fragmentos das declarações do sr. Q. G., representante do Banco Itaú no IVº CONCLAP, Rio. Folha de S. Paulo, 3/11/77. Montagem em verso de Flávio Aguiar.

Nota da Redação

Em Tempo pretende ser um jornal efetivamente colado a seu público. Dependerá, durante toda a sua existência, do retorno de informação.

Em Tempo só conseguirá ser o jornal que pretende ser, de fato, conseguir veicular em suas páginas as informações e análises que lhe interessam, da forma mais agradável e direta. A redação do jornal, embora continue crescendo com a adesão de novos jornalistas e colaboradores, depende fundamentalmente das opiniões de seus leitores. O número zero foi motivo de muitas cartas endereçadas ao jornal, contendo críticas, sugestões, etc. Pretendemos contar, sempre, com a colaboração dos leitores. Mas existe um momento em que essa colaboração é ainda mais importante: no início, quando um órgão como Em Tempo ganha personalidade e afina sua voz. É exatamente nesse momento, agora, que conclamamos todos os leitores a escreverem para o jornal, por mais duras que sejam suas críticas. Por essa razão, lançaremos dois números: este experimental 1 e um outro, experimental 2.

EM TEMPO

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluísio Marques, Álvaro Caldas, Antônio Carlos Carvalho, Antônio de Pádua Prado Jr., Bernardo Kucinski, Fausto Brito, Gliscone Cosena, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Otto Filgueiras, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Ronaldo Mota, Tibério Canuto.

DIRETORES: Antônio de Pádua Prado Jr., Bernardo Kucinski, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto.

EDITORES: José Arrabal, Maria Rita Kehl, Sérgio Mateus (Cultura); Tibério Canuto (Nacional); Carlos Tiburcio (Internacional).

PLANEJAMENTO GRÁFICO: Carlos Seabra, Eurico Ugaya, Fernando Monteiro, João Bosco L. Brandão, José Ramos Neto, Nelson Corda, Sérgio Paci.

SUCURSAIS: Brasília: Luiz Gonzaga Motta, Marco Antônio, Marina Juarez; Paulo Foga, Rita Nardelli; Recife: Oriando Mindaço, Paulo Magalhães.

Sérgio de Souza, Virginia Botelho; Belo Horizonte: Alberto Carlos Duarte, Fernando Miranda, Flaminio Fantini, Flávio Andrade, Líbio Santos, Virginia Pinheiro; Curitiba: Carlos Ruggi, Elza de Oliveira, Reinoldo Alem; Rio de Janeiro: Adauto

Novaes, Alan Albuquerque, Antônio José Mendes, Marcelo Beraba, Marcos Aarão Reis, Margarida Aultra, Maria Helena Malta, Clotilde Hasselman, Oriando Guilhon, Olga de Assis, Ricardo Iessa, Sueli Caldas.

Salvador: Adelfo Oliveira, João Henrique, Linaíva Maria, Oldack Miranda. Diretor-Responsável: Robinson Ayres

EM TEMPO — Experimental nº 1 — dezembro de 1977 — publicação da Editora Aparte S/A Rua Lavras, 68 — São Pedro (Belo Horizonte); rua Álvaro Annez, 43, Pinheiros (São Paulo). Composto e impresso nas oficinas da PAT — Publicações e Assistência Técnica Ltda. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 — Pinheiros, São Paulo — Fone: 853-7461.

Alto Comando. Nomes conhecidos

Já não existem mais coronéis da "linha dura", como antigamente. Existem generais. Enquanto os coronéis de hoje dão os primeiros passos, ainda inseguros, em direção a uma discussão de seu papel num regime notoriamente desgastado, os mais bem sucedidos entre os antigos coronéis da "linha dura", começam a ocupar seus lugares a mesa do Alto Comando do Exército, após as sucessivas promoções militares, especialmente as do mês passado.

O general Antonio Bandeira, um dos promovidos pelo presidente Geisel, notabilizou-se nas tarefas de repressão em Recife após 1964. Chefiou, em seguida, o Pelotão de Investigações Criminais (PIC) de Brasília, unidade aparentemente semelhante aos Comandos de Defesa Interna (CODI), existentes em outras capitais; foi ainda chefe do Departamento de Polícia Federal. Sua promoção é atribuída ao fato principal de como comandante de uma divisão de exercito em Belo Horizonte, ter se colocado imediatamente à disposição do governo na manhã do dia 12 de outubro, quando foi demitido o ministro Sylvio Frota. Uma unidade dessa divisão chegou a deslocar-se em direção a Brasília.

O general Samuel Alves Correa, promovido e em seguida nomeado comandante do III Exército, o mais numeroso e equipado, tornou-se conhecido para o grande público em janeiro deste ano quando organizou as operações que levaram ao maior julgamento político do Paraná e Santa Catarina, com a prisão de 105 pessoas, acusadas de rearticulação

do extinto Partido Comunista Brasileiro.

As promoções de março próximo acentuarão ainda mais essa tendência que o comentarista militar do jornal O Estado de S. Paulo, Evandro Paranaíba, denominou de "endurecimento do Alto Comando." Cesar Montagna, o oficial preterido duas vezes por Geisel, apesar de constar em ambas as vezes em primeiro lugar na lista preparada pelo Alto Comando, será automaticamente promovido, se for o primeiro também em março.

E nada indica que o Alto Comando mude de ideia, apesar de ser possível isso acontecer, por gestões da própria presidência. Montagna ficou famoso ao tomar uma unidade da artilharia da costa em 1964, onde aliás ficariam presos alguns dos militares que se opuseram ao movimento militar. Na lista de espera para março (e depois, em novembro), estarão ainda os generais de divisão Ernani Ayrosa da Silva, proeminente membro da antiga "linha dura", e Antonio Carlos de Andrade Serpa, um dos um dos "ideólogos" dessa linha. O próprio general de divisão João Baptista Figueiredo, candidato do palácio a sucessão, mas que deverá enfrentar forte oposição dentro do Alto Comando, tem dedicado os últimos oito anos de sua carreira às tarefas de vigilância e investigação, próprias do Serviço Nacional de Informações (SNI).

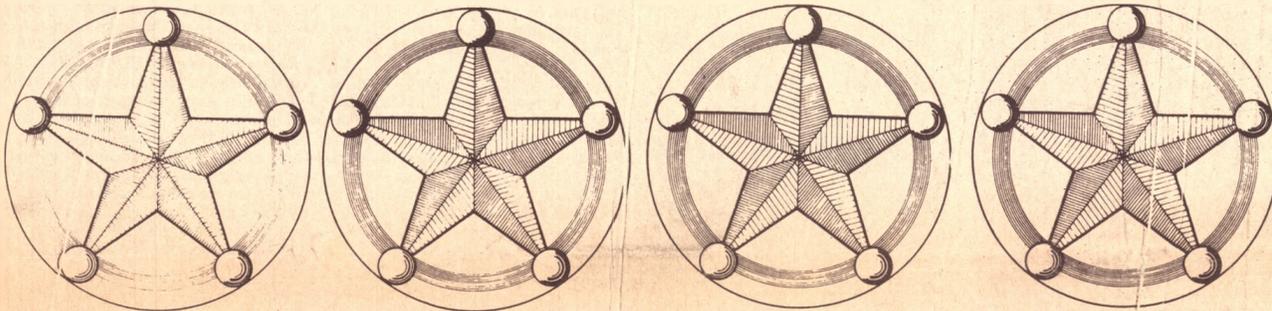
Emerge assim uma geração de generais de quatro estrelas quase toda formada por oficiais que participaram ativamente como coronéis na articulação que levou a derrubada

do governo de João Goulart e nos movimentos de pressão que culminaram na edição dos atos institucionais número 2 (contra a posse de governadores eleitos) e número 5 - Coube a ele mais diretamente, a tarefa de repressão à guerrilha urbana que eclodiu a partir de 1968. São também os tenentes que receberam suas espadas no mesmo ano em que se inaugurou o longo período do Estado Novo.

Vão caindo no ocaso os outros tenentes, os da revolução que propunha reformadora, de 30; vão caindo no ocaso os outros coronéis, mais vinculados à direita udenista e su porte tradicional da facção "castelista", representada no poder ainda pelo general Geisel. Essa facção só tem agora dois representantes claros no Alto Comando, os generais Ariel Pacca da Fonseca, que no entanto não recebeu comando de tropa, e o general Dilermando Gomes Monteiro.

O próprio ministro, general Bethlem, também formado dentro do castelismo, coloca-se ideologicamente em tal extremo, que se faz, na prática, solidário com nova "linha dura" de generais. A sua fala, nas comemorações da intenção comunista, de que "a democracia necessita instrumentos de defesa que assegurem sua sobrevivência na guerra total que lhe é imposta pela subversão comunista", estabelece os limites exatos de qualquer tentativa de mudança da imagem do regime através da eliminação dos atos de exceção.

Bernardo Kucinski



O iceberg frotista

A crise militar foi superada ou adiada mais para a frente? Ninguém ousa dar uma resposta conclusiva, até porque a famosa "linha dura" do sistema não se extinguiu com a demissão do general Sylvio Frota. Saber como se comportarão os adeptos do ex-Ministro no jogo sucessório, nem com bola de cristal".

O que vai acontecer, nem Jesus Cristo sabe. Aparentemente, o general Geisel conseguiu superar a crise, quando afastou seu ministro do Exército. O general João Baptista Figueiredo, cuja indicação à sucessão do general Geisel, vinha sendo defendida em vastos círculos, até palacianos, sofreu um refluxo natural decorrente do desaparecimento da candidatura Frota, mas voltou a emergir, com o tempo, até porque permanece como a opção mais natural para a continuidade do que vai em curso, política, administrativa, social e institucionalmente. Outros nomes, no entanto, poderão igualmente credenciar-se a essa missão, como o general Reynaldo Mello Almeida ou o general Euler Bentes Monteiro.

No entanto, não é a submersão-emersão do chefe do SNI que reúne as atenções gerais, hoje. Mais importante se torna saber onde está o iceberg frotista, agora que sua parte visível foi cortada na pessoa do próprio ex-ministro. Porque um iceberg, é sempre bom explicar, tem um terço de seu volume à flor da água, e dois terços lá em baixo. Onde estarão os dois terços do movimento representado pelo general Frota? Em que águas, seguindo que rumo, preparando-se para abalroar qual "Titanic" ouse navegar em seu roteiro?

A "linha-dura" é uma evidência,

um determinismo quase histórico desde 64. Foi liderada pelo general Costa e Silva, depois pelo general Afonso Albuquerque Lima, acomodou-se com o general Orlando Geisel mas ressurgi intacta, ou até maior, sob a batuta do general Sylvio Frota. E não terá ido para as profundezas, como alguns desejariam, pois o gelo, afinal, é mais leve do que a água sabe-se lá porque razões de ordem mais política do que física.

O presidente Geisel demonstrou liderança e autoridade absolutas ao dispor do mais forte de seus ministros sem que nada acontecesse de mais grave, ou pelo menos conseguindo conter o mais grave. No entanto, a partir de janeiro, haverá que abrir a temporada sucessória, começar as sondagens, consultas e seleções junto a seu pano-de-fundo e até com a participação da classe política. Saber como se comportará o iceberg, naquele momento, nem com bola de cristal.

Enquanto isso, prosseguem em ritmo lento, mas seguro, as conversas do senador Petronio Portella com vistas à reforma política. Constituirá o chamado diálogo apenas manobra destinada a ganhar tempo, a encher o tempo, da parte do governo para com a classe político e os diversos meios representativos da sociedade? Ou na verdade algo de concreto se aproxima, com o objetivo do aprimoramento do regime, da volta

à democracia, da institucionalização ou implantação do Estado de Direito? Até hoje, desde 64, essas manobras surtiram efeito apenas uma vez, quando em 1966 o presidente Castello Branco chamou a si a tarefa de apresentar uma nova constituição ao país, capaz de substituir a exceção vigente com o AI-2. Depois, quando Costa e Silva buscou acabar com o AI-5, malogrando, caindo doente e a um passo da morte. E garrastazu Médici, que prometeu no começo, nem tentou do meio para o fim. Transmitiu a Geisel um governo regido pela Exceção. Ao atual presidente coube levantar a distensão, em 74/75, com a meta definida de, através da imaginação criadora dos políticos, chegar aos remédios constitucionais em condições de substituir o Ato, estabelecendo mecanismos de defesa do regime. O problema é que a distensão malograda, em meio a 1975, por força de pressões hoje mais do que conhecidas, pois lideradas pelo ex-ministro Frota. Agora, mais uma vez, a embarcação se faz ao mar, com o chefe da tripulação rebocada deixado em terra. Mas vale a comparação: e o que fazer com novo iceberg, principalmente se ele vier oculto, sem a sua parte visível? Resta esperar para ver, como São Tomé, acreditando depois...

Carlos Chagas

O novo Alto Comando. Generais de quatro estrelas

- 1 - Ministro do Exército - Fernando Belfort Bethlem
- 2 - Chefe do Estado Maior do Exército - Ariel Pacca da Fonseca
- 3 - Comandante do I Exército - José Pinto de Araujo Rabelo
- 4 - Comandante do II Exército - Dilermando Gomes Monteiro
- 5 - Comandante do III Exército - Samuel Augusto Alves Correa
- 6 - Comandante do IV Exército - Argus Lima
- 7 - Chefe Dept. Material Belico - Arnaldo José Luis Calderari
- 8 - Chefe Depto. Ensino e Pesquisa - José Maria do Andrade Serpa
- 9 - Chefe Depto. Egia. e Comunicações - Venitius Nazareth Notare
- 10 - Chefe Depto. Geral Serviços - Antonio Bandeira
- 11 - Chefe Dept. Pessoal - Ailton Pereira Tourinho

E mais os comandantes militares da Amazonia e do Planalto, sem direito a voto (generais de tres estrelas).

Os trabalhadores e as reformas

"Democracia é a liberdade de se organizar para defender os próprios interesses. Hoje, a liberdade de organização está profundamente atingida e golpeada. O trabalhador não tem liberdade de organização. E se o trabalhador tivesse liberdade de organização já teria acabado o Fundo de Garantia e a lei de Greve".

"É claro que o país necessita de uma Constituinte. Mas uma Constituinte só seria de interesse da classe trabalhadora se ela tivesse força, se ela tivesse condições de eleger seus representantes e dispusesse de total liberdade para expressar aquilo que ela deseja".

O que os trabalhadores pensam das reformas políticas que estão sendo anunciadas pelo governo? Para responder esta questão, EM TEMPO procurou ouvir diretamente alguns representantes do movimento sindical.

Diz José Solero, dirigente da Frente Nacional do Trabalho: "As reformas só vão servir mesmo aos lá de cima, e não acredito em reforma que vai ser dada de presente para beneficiar aos trabalhadores. Como as organizações dos trabalhadores foram esfaceladas pelo regime que está aí, os trabalhadores não têm poder de barganha, poder de negociação".

Esta opinião foi compartilhada por todos os entrevistados. A necessidade de melhores condições de vida e trabalho coloca-se no centro das suas reivindicações. Por exemplo, na categoria dos trabalhadores gráficos - explica-nos um membro da oposição do Sindicato dos Gráficos - a luta por reivindicações salariais é que tem mobilizado a categoria "O pessoal sente que uma possível melhora da situação não irá depender de Geisel e, muito menos, do seu discurso".

A consciência de que os direitos dos trabalhadores não serão outorgados de cima para baixo é também unânime. Diz Anselmo, torneiro, membro da Pastoral Operária: "Enquanto existir o Fundo de Garantia e a lei de greve, a classe está amarrada de pés e mãos. O Fundo é a segurança do patrão; muitas vezes um trabalhador reclama de qualquer coisa e, no dia seguinte, está na rua. A greve é importante para o trabalhador reivindicar os seus direitos. Mas, hoje, se ele para, vai preso e apanha como ladrão. Assim, enquanto houver tudo isso operário não precisa se iludir". Na verdade, existe uma clara consciência de que a conquista de direitos fundamentais, como a liberdade sindical, o direito de greve e a estabilidade de emprego, não se dará a curto prazo.

A possibilidade de Geisel incorporar o AI-5, de forma permanente, na Constituição, significa, para Maria, técnica de Raio X, "uma tentativa do governo limpar a imagem do regime e neutralizar alguns setores, como os moderados do MDB e os liberais. Eles não estão interessados em salvaguardar a liberdade de organização e expressão da classe operária, mas sim em continuar a reprimi-la".

A Constituinte poderia ser uma solução para a conquista da democracia no país? Responde um revisor gráfico: "É claro que o país necessita de uma Consti-

tuinte. Mas uma Constituinte só serve à classe trabalhadora se ela tiver força, se ela puder eleger os seus representantes e dispor de total liberdade para expressar aquilo que ela deseja". Outro trabalhador acrescenta: "Se os trabalhadores não tiveram liberdade para ter os seus partidos, pode-se fazer qualquer coisa, mas não é Constituinte".

A convocação de uma Constituinte ainda enfrenta outros problemas. Segundo um dos entrevistados, "o contato do trabalhador com o problema da Constituinte é difícil. Por um lado, isso se deve a própria desorganização em que o trabalhador se encontra; pela sua própria falta de consciência, ele não se encontra em condições de discutir se vale ou não a pena uma Constituinte, nem está interessado nisso. Ele está interessado em comer, em sobreviver. Por outro lado, o próprio MDB, que levantou o tema da Constituinte, não está interessado em que ele chegue ao trabalhador".

O fato de a classe trabalhadora colocar no centro das suas preocupações uma melhoria das suas condições de vida e de trabalho, não significa que ela não tenha aspirações democráticas. Que ambicionam os trabalhadores na luta pela democracia? Para Anselmo, "uma democracia só existe quando o trabalhador participa daquilo que ele produz e participa das decisões políticas do país. Mas democracia é também um salário justo, é a alimentação, habitação e laser". E sobretudo, completa outra trabalhadora da FNT, "possibilidade de escolher os dirigentes do país".

"Além disso tudo - explica José Solero - democracia é a liberdade de se organizar para defender os próprios interesses. Hoje a liberdade de organização está profundamente atingida e golpeada. Quando os patrões realizarem o seu CONCLAP, saiu logo todo mundo atrás deles puxando o saco; quando se falou da realização de uma CONCLAT, apareceu logo o Ministro do Trabalho dizendo para os trabalhadores se comportarem direitinho. Isso sem falar na própria estrutura sindical. Hoje o trabalhador não tem liberdade de organização. E se o trabalhador tivesse liberdade de organização já teria acabado o Fundo de Garantia e a lei de greve. Acho que estando organizados e tendo capacidade para defender os nossos interesses, a gente vai conquistando o resto. A própria movimentação do pessoal é que irá dizendo o que a gente irá colocar dentro dessa democracia. A democracia não vai cair do céu, a gente só poderá construí-la com a nossa própria organização."

EDITORIAL

Reformas, a arte de ficar para sempre no poder

A situação política brasileira tem sido alvo, nos últimos tempos, de fortes especulações. O discurso de Geisel pouco veio a acrescentar aquilo que os rumores davam conta. Simplesmente voltou a reafirmar sua intenção de efetuar novas reformas políticas no quadro institucional dentro dos próximos meses, para resolver o crescer e impasse político em que está submerso o regime, agravado após o pacote de abril.

Entre as reformas cogitadas por Geisel, comenta-se a possibilidade de ser arquivado o AI-5, introduzindo-se, em contrapartida, emendas na Constituição, que garantiriam de modo permanente, as chamadas "salvaguardas do regime". Mas as reformas não se limitariam a isso. Fala-se também na extinção do 477, no retorno do "habeas-corpus" para certos "crimes" de natureza política, bem como na extinção do bi partidarismo.

Esta riamos diante de uma importante reviravolta? Ou, ao contrário, vai ficar tudo na mesma?

Antes de mais nada, as especulações não estão surgindo à toa. O regime político instalado em 64 atravessa hoje uma crise política que vem se aprofundando a olhos vistos. A cada dia são maiores as suas dificuldades. Sua "legitimidade" diminui. Cresce o descontentamento popular. A insatisfação e o desencanto das classes médias sobem também. No seu próprio interior, o governo vê-se às voltas com pressões persistentes dos grandes grupos econômicos que querem canais mais diretos e regulamentados de influência sobre os centros de decisão. Mas não é só isto: Certos setores empresariais vão se tornando mais exigentes, reivindicando uma maior liberalização do regime.

Nessas condições, o governo já não se mexe com desembaraço, seu isolamento se aprofunda, sua base social e política se restringe, seus sustentáculos decisivos, se confundem. Até os instrumentos que vertebram sua ação, como as cúpulas militares, são tocados pelos novos ventos que sopram.

É claro que o governo não vai ficar parado, apenas contabilizando seu desgaste. Sabe que algo tem de ser feito - e tem de ser feito rapidamente - para inverter a tendência de um maior aguçamento da crise. Inclusive, para enfrentar as eleições parlamentares de 78.

Todos são unânimes em prever uma estrondosa derrota da ARENA, apesar dos cerceamentos existentes à propaganda eleitoral, à inscrição de candidatos e à livre apresentação de programas. Deputados, senadores, jornalistas, todos vaticinam: nem a lei Falcão, nem o pacote de abril salvarão o regime de provas, o gosto de uma nova derrota nas urnas. Com problemas crescentes hoje, como poderá ele absorver sem abalo uma retumbante desautorização eleitoral em novembro de 78? Com a autoridade política se apresentará a nação o sucesso de Geisel, se antes mesmo de rece-

ber a faixa presidencial, o regime tiver de suportar o peso de uma reprovação formal da população?

Como diz o ditado, sapo não pula por boniteza, mas por precisão. Se o governo está tendo que pular é porque precisa. E é aí que entram as reformas políticas. Elas visam antes de mais nada confundir e frear o crescimento das lutas por liberdades democráticas, atrair para uma colaboração com o governo os setores menos consequentes que hoje se encontram no campo da oposição e isolar as forças populares, que pouco a pouco vem retomando a sua importância.

Teoricamente, os principais interessados nestas reformas seriam os setores do grande capital industrial e financeiro. Tais setores vêem que o agravamento da crise de legitimação do regime ameaça por um risco a sua hegemonia sobre o conjunto das classes dominantes e destas sobre o conjunto da sociedade. Teriam interesse portanto no estabelecimento de regras que permitam a expressão de todas as correntes das classes dominantes, a fim de reconstituir a unidade, hoje corroída, encontrada em 64. E, ao mesmo tempo estabelecer mecanismos que assegurem uma duração mais estável que, embora necessitando do exercício do poder através do arbítrio e da coerção, não se baseie exclusivamente neles.

Não é preciso ser adivinho para entender, portanto, a que interesse servem concretamente as tais "salvaguardas do regime" e o que é que tanto querem salvaguardar. Trata-se de manter o cerceamento à livre expressão, organização e manifestação, os ataques contra as liberdades sindicais, o funcionamento dos órgãos repressivos, o poder da censura, a lei antigreve, etc.

Face a isso, é importante que as forças populares não se deixem cegar pelos expedientes do regime e é importante impedir que certas forças da oposição, como os moderados do MDB, embarquem nessa canoa. Mas também é importante reconhecer que isso tudo é um indicio das dificuldades do governo para enfrentar claramente o avanço das lutas populares por liberdades democráticas.

Porque, na verdade, a luta pela democracia só ganhará consequência na medida em que os próprios trabalhadores ocuparem o centro da vida política brasileira. Tal fato ainda não se deu. E isto tem possibilitado ao governo reduzir as coisas a uma questão: institucionalizar o regime.

No entanto, podemos constatar hoje, um importante processo de rearticulação da classe trabalhadora, que embora modesta, vem se aprofundando. Tal processo é também bastante fragmentado, mas está em busca de uma maior convergência. Nesse sentido, as reformas - se vierem - ao invés de constituir um fator de neutralização, irão colocar a luta pela democracia de uma forma mais aguda.

MUTILAÇÃO NO SERTÃO DA BAHIA

Na região de Canudos e Serrinha a produção de fibra de sisal é a principal atividade econômica. Os métodos são primitivos. Mais de dois mil trabalhadores perderam dedos, mãos e braços. Quem perde do pulso para baixo, não é considerado "inutilizado para o trabalho" pela legislação previdenciária e não recebe aposentadoria.

Reportagem: Joselito Oliveira Alves; Toza Lima, Jacira Azevedo Cancio e José Luiz Feliciano.
Fotos: Toza Lima

Na região de Serrinha e Sertão de Canudos o sisal é praticamente a única cultura a resistir ao árido clima local. Sua fibra serve para a produção de redes, tapetes, cordas, bolsas, e sua cultura gerou fortunas. Mas esse é apenas um lado de sua história. O outro é que ele formou um exército de homens cotós, trabalhadores que perderam os dedos, as mãos ou os braços, triturados pelas máquinas rudimentares que fazem o desfibramento e o beneficiamento do que é considerado o quinto produto na pauta de exportação da Bahia.

O pequeno e obsoleto motor onde o sisal é desfibrado, girando a duas mil rotações por minuto, é capaz de decepar um braço num abrir e fechar de olhos. E só a palha do sisal enrolar na mão de um trabalhador, puxa-la para dentro da máquina e pronto: é mais uma mão ou um braço que cai no chão, "dando pulo como ainda estivesse com vida". Mudando o cenário, o ato pode se repetir na cidade, onde uma outra máquina que beneficia o sisal, a bate-deira, e desenvolve 500 rotações por minuto, também se alimenta de braços. Assim tem se formado um exército de mutilados, estimado de maneira muito otimista pelo FUNRURAL em 400 pessoas, mas que alcança a casa dos dois mil segundo a avaliação dos que ficam ou correm o risco de ficarem cotós.

Considerada o principal centro produtor do país, a região de Serrinha e Sertão de Canudos depende diretamente do sisal, responsável pela sobrevivência de cidades como Conceição do Coité, Retirolândia, Serrinha, Valente, Santa Luz, Queimadas e outras. Sua cultura foi iniciada na década de 50 e sua expansão ocorreu, uma forte concentração da propriedade, colocando em lados opostos um número reduzido de grandes proprietários contra um grande contingente de trabalhadores rurais. Estes, a não ser pelo risco de perderem o braço, em nada se diferenciam dos assalariados agrícolas de outras regiões. Como os demais, os trabalhadores do sisal ganham baixos salários e faltam-lhes carteira profissional, assistência previdenciária e uma estrutura sindical capaz de contribuir para a melhoria de suas condições de vida e trabalho.

A manga curta do vestido de Tereza Pereira da Silva, conhecida por Baía, esconde o vazio do braço perdido na bate-deira. Ela conta como se tornou mais um dos mutilados de Conceição do Coité: "Eu trabalhava na bate-deira, dando a fibra pra passar, e quando ia passando, um móio de fibra enrolou no eixo. Gritei: valei minha Nossa Senhora dos Milagres! Quando eu gritei assim, cai lá. Quando caí lá, pulei cá ainda com a coragem ou não sei o que foi, dada por Jesus. Ainda fui pegar meu braço com minha aliança e tava assim, saltando como um coelho". O apelo a Nossa Senhora dos Milagres foi inútil, Baía perdeu o braço "até em riba do ombro" e há 17 anos que não trabalha mais com sisal.

Com a mesma linguagem simples, ela conta o tratamento que recebeu quando foi acidentada em 1960: "meu tratamento foi aqui mesmo na farmácia. Eu trabalhava por seu Teó (Teóclito Calixto da Cunha) e não

tinha carteira assinada e não recebi quase nada. Teó me deu 144 cruzeiros". O braço de Baía só valeu isso, "o dinheiro de uma feira" e hoje ela trabalha fazendo beijú para sustentar os dois filhos. O seu marido, mesmo doente, trabalha no campo desfibrando sisal. Não mais consegue dar uma boa produção e é um forte candidato a ficar cotó como sua mulher.

As histórias não variam muito: "Comecei a trabalhar com 13 anos, a senhora não era nem nascida, foi em 49. Trabalhei uns 12 ou 13 anos como seador. Eu passava a palha, a palha enlaçou na mão e plaft, cortou. Vai fazer 28 anos e intê hoje não

"...a palha enlaçou e plaft, cortou a mão"



recebi nenhuma ajuda, eu trabalhava pro Teó, mas com fé em Deus ele vai me pagar tudo. Depois que perdi o braço continuei a trabalhar na lavoura e no motor, retirando resíduo e cortando palha. Teó só pagou a despesa do hospital e mais nada. Eu fui ser agregado das terras dele e fui trabalhando assim durante muitos anos, até que pedi a casa que morava e ele não me deu", conta Olímpio Barreto, um mutilado de Conceição do Coité.

A sempre constante figura de Teó também se faz presente na história de João Ferreira Maciel, o "João Meia-Garrafa", pai de dez filhos: "Tem base de uns 30 anos que perdi esse braço. Teó não me deu nada e eu trabalhei pra ele oito anos. Ele enrolou muita gente aqui, dá uma ninharia e pronto, o cara que se vire. A mim ele não deu nada, viu moço? Se não fosse Todí que me levou ao hospital, eu tava era morto. Teó é milionário, não sabe o que tem, não conhece o gado que tem. Ele só andava mais eu, só gritava por mim, mas no dia que eu perdi o braço ele me deixou. Nessa firma dele tem bem umas 20 pessoas aleijadas em bate-deira e motor".

O sisal é uma cultura pouco dispendiosa quanto à mão de obra para o plantio e manutenção dos campos sisalheiros. Ele tem uma vida útil de 12 anos sendo que a partir do quarto já podem ser efetuados os cortes semestrais. Dentro da estrutura produtiva montada na região de Serrinha e Sertão de Canudos, a totalidade dos benefícios gerados pelo sisal, vai, inevitavelmente, para as mãos dos grandes proprietários tipo Teóclito Calixto da Cunha, que não tem nenhum interesse em substituir as atuais máquinas obsoletas por outras que evitassem a mutilação dos trabalhadores.

Para o trabalhador, o risco de vida começa antes mesmo do sisal ser desfibrado pelo motor, ou seja,

quando é iniciado o corte, pois a folha do sisal tem uma extremidade pontiaguda que pode furar o cortador: "uma furada na junta pode dar paralisia, e no olho pode cegar", dizem aqueles que fazem o corte. Nesta operação trabalham homens, mulheres e crianças. Como Dina, que tem 14 anos e ganha Cr\$40 por semana trabalhando oito horas por dia, inclusive aos sábados. Nesta etapa, os salários variam entre 10 e 40 cruzeiros por semana.

Após o corte, o sisal é transportado para o motor, onde é então seado (desfiado). É aqui que o perigo de mutilação é maior: tanto para o seador - homem que desfibra o sisal - quanto para o resideiro - homem que retira o resíduo da palha que fica depositado debaixo do motor. Além deste perigo, a "água do sisal" é altamente corrosiva e estraga as mãos: "a senhora olhando isto aqui, vê que essa junta é grossa; é da 'água do sisal'", testemunha o mutilado Olímpio Barreto. A recompensa por esses riscos nunca ultrapassa a remuneração de Cr\$ 200,00 por semana, como é o caso de Antonio, seador em Conceição do Coité, que trabalha mais de oito horas por dia inclusive aos sábados. Após esta fase, o sisal é transportado para a cidade, onde é beneficiado nas bate-deiras geralmente pertencentes aos grandes proprietários.

Sem qualquer vínculo empregatício direto com o proprietário, os trabalhadores do corte e desfibramento do sisal recebem por produção. Eles são contratados pelos donos de motor que, na maioria das vezes, não passam de pessoas em condições econômicas idênticas às dos próprios trabalhadores. Estes donos de motor fazem uma espécie de "meia" com os proprietários, ficando responsáveis por todas as despesas relativas a mão de obra do corte e desfibramento do sisal, recebendo aproximadamente o equivalente à metade do valor da produção.

Se para o dono do motor isto não representa grande coisa, pois em média ele só consegue ter uma renda mensal pouco superior a mil cruzeiros, para os grandes proprietários, esse tipo de "meia" é um negócio altamente lucrativo. Livres de quaisquer encargos sociais, inclusive da indenização dos mutilados pelos motores, eles têm, só nesta fase da produção, um lucro líquido de 50 por cento, já que, por exemplo, de uma tonelada de sisal que vai gerar uma renda de Cr\$ 2900, cerca de Cr\$ 1500 vão para os seus bolsos. Só assim pode-se entender a declaração do prefeito de Conceição do Coité, Valter Ramos de Moraes, produtor de sisal: "Antigamente o proprietário da terra era o próprio dono do motor, mas hoje quase nenhum proprietário quer ser dono do motor, pois não há mais conveniência".

Os grandes proprietários têm seus lucros acrescidos ainda mais pelo beneficiamento do sisal. Este é feito normalmente em bate-deiras deles próprios e empregando pessoas que não tem sequer carteira de trabalho. Enquanto o sisal bruto tem seu preço mínimo fixado pelo Banco do Brasil em Cr\$ 2,90 o quilo, quando beneficiado passa a Cr\$ 3,30. Não é preciso dizer que este valor adicional vai, na sua quase totalidade, para o

bolso dos grandes proprietários que, no tocante à produção propriamente dita, tem apenas uma despesa de 2,5 por cento pagos ao FUNRURAL sob forma de imposto.

Na verdade, essa é uma despesa praticamente teórica, pois segundo José Raimundo Oliveira de Almeida, funcionário da prefeitura de Retirolândia - setor do Imposto de Renda - os grandes produtores sempre encontram formas de não pagar o imposto devido, tirando as notas fiscais de venda do sisal em nome de outras pessoas.

Se ao proprietário cabe a maioria dos benefícios gerados, aos donos de motores e aos trabalhadores cabem todos os sacrifícios. Quando um trabalhador é mutilado, a sua indenização deveria ser dada, assim como o sustento de sua família, pelo dono do motor, que foi quem o contratou, pois o dono da terra diz logo que não tem nada a ver com isso. Como os donos dos motores não possuem nada além do seu "motorzinho", eles não têm condição de pagar a indenização ao mutilado, que assim fica na miséria.

"Quando acontecia um acidente, a indenização ficava por conta do dono do motor, e muitos desses tiveram que vender o seu motor para ter o que dar aos mutilados", conta o

"Uma furada na junta pode dar paralisia."



presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serrinha, Olavo Coutinho de Freitas, revelando o absurdo das relações sociais de produção do sisal, na qual o dono do motor que também é praticamente um trabalhador, é colocado contra outros trabalhadores que não se diferenciam muito dele. E o absurdo da situação assume toda sua intensidade no caso do mutilado Guilherme Lopes de Oliveira, do município de Valente, que ao perder o braço, ia ser indenizado com o próprio motor, pois o dono deste não tinha condições de lhe indenizar. Guilherme não aceitou, e explica: "ele (o dono do motor) é pobre e miserável como eu, e sempre que pode me dá alguma coisa".

É na hora que perde um braço ou uma mão que o trabalhador sente na pele a falta de um mínimo de assistência previdenciária. Os que trabalham no campo e que foram mutilados pelo motor, teoricamente estão protegidos pelo FUNRURAL, o que não acontece na prática. As dificuldades começam na própria legislação previdenciária, que determina que quem perder do pulso para baixo não é considerado inutilizado para o trabalho, e não pode, por-

tanto, ser aposentado pelo FUNRURAL. Isto, numa região onde as oportunidades de trabalho são praticamente inexistentes, não funciona. Quem não tem uma mão não encontra mais trabalho.

"A empresa quer que ele morra"



E de nada adianta os mutilados contestarem a lei. O trabalhador Pedro Martins da Silva, de Conceição do Coité, perdeu todos os dedos da mão direita e tentou se aposentar pelo FUNRURAL. Seu processo foi enviado para Salvador e teve resposta negativa. Ele recorreu, obtendo o mesmo parecer. "Há 10 meses caminho para cá e para lá sem solução. Toda semana venho saber a resposta e nada", diz Pedro Martins.

A partir das limitações da própria lei, que provocam uma série de discussões de como saber se o trabalhador está inutilizado para o trabalho quando perde o braço "do pulso para cima ou do pulso para baixo", a aposentadoria pelo FUNRURAL passa a ser um privilégio conseguido apenas pelos mutilados que têm a sorte de conseguir algum protetor. "Eu consegui esse dinheiro porque tinha uns homens como seu Evandra Mota, que encaminhou o caso", conta João Araújo, revelando sem querer que a aposentadoria dada pelo FUNRURAL é um excelente trunfo político, manobrado por pessoas que irão cobrar dos mutilados a recompensa na época das eleições, por ter conseguido a sua aposentadoria.

A incapacidade do FUNRURAL em atingir a todos os mutilados se reflete, de modo exemplar, na situação do município de Conceição do Coité. Lá existem cerca de 500 trabalhadores mutilados pelo sisal, mas apenas 138 receberam a aposentadoria por invalidez, segundo o Sr. Idelwan Araújo Gordiano, representante do FUNRURAL nesta cidade. Justiça seja feita: a inoperância do FUNRURAL não se restringe ao caso específico dos mutilados, mas dos trabalhadores rurais como um todo, pois nesse município, apesar de existirem 27.000 trabalhadores, apenas 2.258 receberam algum benefício do órgão em 1976. E no final, a aposentadoria dada aos mutilados não é grande coisa: Cr\$ 384 mensais dificilmente dariam para sustentar uma família.

Pior ainda é a situação daqueles que perderam a mão ou os braços nas bate-deiras dos armazéns da cidade. Estes não são considerados trabalhadores rurais e, portanto, não têm nenhum direito à assistência do FUNRURAL. Deveriam ser

assistidos pelo INPS, mas não o são por uma razão muito simples: "O problema da assistência ao trabalhador, aqui na região, é muito sério. Os patrões não querem assinar a carteira profissional, e ainda tem alguns que recolhem os 8 por cento sobre o salário do trabalhador para pagar o INPS, e não o fazem, ficando com essa quantia. Nem os funcionários da prefeitura têm carteira assinada. Eles sempre procuram se aproveitar da ignorância do povo", declarou o padre José Antonio dos Reis, do município de Conceição do Coité. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da mesma cidade, Irineu José de Brito, reforça a denúncia: "Na zona urbana, quem trabalha na bate-deira, se tiver carteira assinada tem INPS, se não tiver, fica como Deus criou batata".

"E que ele (o trabalhador rural) não está desprotegido; se não fosse o sindicato dele, ele era assim, a toa no mundo. Mas ele tem o sindicato que luta pelo trabalhador rural. Recebe a aposentadoria pelo FUNRURAL, pela empresa não... A empresa quer que ele morra". As palavras do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Coité são sinceras, mas não revelam a fragilidade da estrutura sindical de toda a região de Serrinha e Sertão de Canudos. A dependência econômica criada pelo convênio entre sindicato e FUNRURAL limita a ação daquele, tornando-o um órgão estritamente assistencial.

Dependendo basicamente do FUNRURAL que fornece os aparelhos, mantêm os médicos e dentistas, e de uma colaboração do INCRA para pagar o advogado, os sindicatos conseguem dar assistência médica aos trabalhadores rurais e no máximo alguma assistência jurídica.

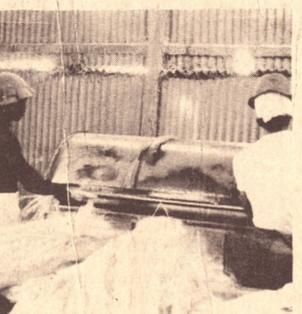
Os que trabalham nas bate-deiras nem esse privilégio gozam, pois, não sendo trabalhadores rurais, não podem se associar aos sindicatos existentes. Por isso mesmo, não têm como fazer valer os seus direitos, e dificilmente conseguem a aposentadoria, quando acidentados. Assim os mutilados do sisal se encontram duplamente desarmados: de um lado, falta a ação do Estado, no sentido de garantir um mínimo de assistência previdenciária compatível com os básicos direitos da sobrevivência humana; e de outro, lhes falta uma estrutura sindical capaz de lutar por seus interesses.

Em função disto, quando viram cotós, são obrigados a enfrentar a situação descrita por Margarida Ferreira Maciel, filha de "João Meia-Garrafa": "Dia de feira é o dia melhor de se observar. Aqueles pobrezinhos, uns que não tem o braço mesmo, uns mesmo não tem condição de trabalhar e ainda com a perna doente e tudo, pedindo esmola. Muitos trabalham ainda e vêm pedir esmolas na sexta-feira pra poder aumentar mais o dinheiro, pra poder criar os filhos".

Esta reportagem foi elaborada em maio de 1977. Hoje, os preços referidos podem não corresponder exatamente a realidade. Mas, a situação dos trabalhadores continua fundamentalmente a mesma.

A produção do sisal

Da esquerda para a direita - Cortadoras sisal (1) "Cambiteiros" - Os transportadores do sisal (2) Motor-desfibradeira (3) "Seador" - O desfibrador de sisal (4) e (5) "Resideiro" - que limpa o motor dos resíduos do sisal (6) Amaciamento da fibra na bate-deira (7), (8) e (9) Trabalhando na bate-deira (10) Enfiamento da fibra na prensa (11)



Metalúrgicos do Rio: OPOSIÇÃO GANHA MAS NÃO SABE SE LEVA

A oposição dos metalúrgicos do Rio ganhou o Sindicato depois de uma campanha difícil. Os truques de sempre se repetem para evitar a posse da nova diretoria, em março: seis nomes podem ser impugnados.

Foi uma vitória difícil, depois de uma campanha difícil, a dos metalúrgicos do Rio. O resultado (4 mil 897 votos para a oposição contra 4 mil 24 para a situação pelega) ameaçou, inclusive, a própria vitória. Como a chapa não conseguiu maioria absoluta, a eleição poderia ter sido anulada e convocada nova eleição. Um acordo, no entanto, entre as duas chapas, durante a campanha, comprometeu a posse da diretoria que ganhasse, mesmo se por maioria simples. A Delegacia Regional do Trabalho deve referendar este acordo.

O problema agora é tomar posse, em março. Além da dúvida quanto ao reconhecimento das eleições, os metalúrgicos temem que as ameaças veladas e abertas do atual presidente, Adalberto de Oliveira, acabem se transformando em fato concreto. O boato, por exemplo, de que seis membros da chapa eleita, inclusive o presidente, Osvaldo Pimentel, seriam impugnados, foi desmentido pela DRT mas sem muita convicção. Horas depois do resultado, o chefe de gabinete do delegado-regional garantia que por parte da DRT não tinha nada, mas que seis nomes estavam realmente sendo analisados pelos "órgãos competentes". E não quis dizer que órgãos eram estes.

Um Sindicato para Festas e torneios esportivos

Desde 1964, quando houve intervenção, que as oposições ganham, mas não tomam posse. E, quando chegam a tomar posse, são desfeitas de seus melhores nomes. A sequência de intervenções e impedimentos, junto com perseguições políticas e fechamento da vida sindical, fizeram com que um grande número de operários perdesse o interesse pelo sindicato. Dos 60 mil metalúrgicos que trabalham no Rio, apenas 15 mil estão sindicalizados e com as mensalidades em dia e 9 mil votaram.

Por outro lado, o sindicato, que deve ser um órgão de representação de classe, se transformou em entidade

de assistencial e recreativa. Em vez de reuniões com os delegados de fábricas, promove bailes todos os sábados; em vez de assembleias, convoca torneios esportivos. Esse esvaziamento foi acompanhado pelo rebaixamento dos salários e da qualidade de vida. A média salarial maior, assim mesmo em poucas fábricas, é de Cr\$ 4 mil para frezadores, torneiros e caldeiros - as demais especialidades, mais comuns entre os metalúrgicos, fica mesmo é no salário mínimo.

A Oposição Luta por um Sindicato Livre

Hoje o metalúrgico vende suas férias, vende seu descanso e vende sua saúde para poder sustentar a família - diz Valdetrudes de Lima, operário da ICESA e membro da chapa vitoriosa. Outro dia saiu no jornal "O Dia" uma lista de 500 companheiros que largaram o trabalho. É que não vale a pena: o salário não dá para sustentar a família, então não tem sentido para ficar no emprego. E como estas questões, existem outras, como habitação, transporte, higiene, saúde, segurança que precisam ser discutidas com liberdade. Mas isso só pode acontecer quando a classe operária tiver influência no governo, quando ela puder debater os problemas que afligem os operários.

As más condições de trabalho são uma constante. Na Aluferro, os operários são obrigados a trabalhar respirando pó de ferro e na saída não têm lugar onde tomar um banho. A fábrica de torneiras para banheiros Fabrimar não tem torneiras em seus banheiros. Estes são apenas alguns exemplos que os membros da chapa que ganhou levantam para provar o tipo de problemas que os metalúrgicos enfrentam hoje. E foi contra toda esta situação, em que o operário não opina e é tratado como peça de reposição barata, que a oposição fez sua campanha. E com grandes dificuldades. Principalmente financeiras, o que obrigou a vários

membros da chapa a se endividarem.

Por outro lado, Adalberto de Oliveira, o presidente que pretendia a reeleição, usou como pode os recursos do próprio sindicato. Seu retrato, por exemplo, encheu as páginas do "Meta", o jornal da classe. Sua vantagem, sob este ponto de vista, era grande: o sindicato dos metalúrgicos é um dos mais ricos do Rio, com um orçamento de Cr\$ 3 milhões e 200 mil anuais e um patrimônio razoável, composto por uma sede com seis andares e vários prédios e terrenos. Tentando disfarçar o uso indevido que fez do dinheiro que

PELA LIBERDADE SINDICAL



PELA UNIÃO DOS METALÚRGICOS
DIGNA NÃO A SITUAÇÃO
VOTE CHAPA - 2
OPOSIÇÃO

pertence a todo mundo e querendo comprar a própria oposição, ele ofereceu à chapa concorrente uma página, que foi recusada.

Toda esta desvantagem, a chapa agora vitoriosa venceu com o apoio dos companheiros nas fábricas. Ao invés de fotografias e bajulações, lançaram um manifesto conclamando todo os operários a participarem do Sindicato que, "apesar de suas dificuldades atuais, pode e deve apoiar as lutas da categoria, mobilizando e criando delegações por empresa que lutem contra todos os abusos e, inclusive, pela reposição salarial de 34 por cento que nos é devida desde 1973."

Em outro ponto, diz o manifesto:

"lutamos por um sindicalismo livre, baseado na ampla participação da categoria. A falta de liberdade sindical é um fato que marca profundamente a classe, em especial o direito de greve, principal meio de defesa e direito conquistado pelos trabalhadores." Enfim, prometem transformar o sindicato num "órgão de luta, união e solidariedade da classe."

O pelego abre o jogo: nada de reivindicações

A campanha do atual presidente foi um pouco diferente.

Nós tínhamos um sindicato que nunca se curvou diante da política salarial do Ministério do Trabalho, afirma um dos membros da chapa vencedora. Hoje, depois de intervenção sobre intervenção, temos uma classe desmobilizada e desinteressada do Sindicato. E a atual diretoria é responsável por esta situação. A atual diretoria se dirige à classe apenas para convidá-la para festas ou torneios esportivos, ou então por motivos eleitoreiros, e nunca para discutir seus problemas.

Recentemente, a Companhia Siderúrgica Lanari ameaçou de demissão todos os operários, diante da iminência de falir. Adalberto recomendou aos operários "desperdícios que não exigissem explicações da diretoria nem ameaçassem com greves. Mas que trabalhassem duro para resolver o problema da companhia. O "Meta" de julho dedicou ao problema meia página, com o retrato do Adalberto, e com a seguinte manchete: "Adalberto tranquiliza os companheiros da Lanari e continua em contacto permanente com as autoridades, principalmente com o Ministro do Trabalho." Em compensação, seu retrato aparece nove vezes e seu nome 16, nas 16 páginas deste mesmo número.

Ao assinar a contracapa do jornal, com a seguinte mensagem no dia do trabalhador, ele revela quem são seus verdadeiros aliados e os que lutaram por sua reeleição:

"Este ano nossa corporação vem

atravessando talvez um dos momentos mais difíceis da sua história, pelo que solicitamos compreensão e espírito de luta para vencermos mais essa batalha. As demissões se avolumam e os atrasos de pagamento também, mas as soluções se averiguam difíceis. Procuramos contorná-las de todas as maneiras, mas confiamos na fibra dos companheiros e nas autoridades constituídas do País para por fim a este estado de coisas. Felizmente, nem tudo nos é adverso pois em boa hora S. Excia., o Sr. Presidente da República, concedeu-nos através de Decreto as férias de 30 dias. O Decreto para nós metalúrgicos, pioneiros nessa luta, representa uma grande conquista, louvando-se, inclusive, a opção que nos foi dada de transformar um terço do período em dinheiro, o que pode propiciar ao trabalhador o gozo de suas tão almejadadas férias."

A plataforma da chapa que ganhou

"Nosso propósito ao concorrermos às eleições não é de ficarmos prometendo, e sim de lutarmos em prol de Sindicato que represente com firmeza nossa categoria, pois nosso compromisso é com a luta diária por melhores dias para os metalúrgicos, que muito produzem a quase nada tem direito.

Para isso, propomos lutar:

Por melhores salários; pela recuperação dos salários, por salários compatíveis com o real aumento do custo de vida, por um salário mínimo para a categoria, pelas férias pagas em dobro, pelo cumprimento dos direitos conquistados pelos trabalhadores e reconhecido pela CLT, para que todo trabalho igual seja pago com salário igual, por melhores condições de Higiene e Segurança nos locais de trabalho.

Por melhores condições de trabalho; pelo pagamento indiscriminado da taxa de insalubridade, em todos setores onde ela houver; pela aposentadoria da mulher metalúrgica aos 25 anos de trabalho; pela garantia do emprego durante a gestação e dois anos após o parto, e pela

criação de berçários nas empresas; contra a exploração da mão de obra da mulher metalúrgica; pela criação de refeitório nas empresas, a baixos preços; pela obrigatoriedade das empresas manterem em seus quadros pelo menos 20% de empregos com mais de 35 anos de idade; Pela fiscalização, a baixos preços; pela obrigatoriedade das empresas manterem em seus quadros pelo menos 20% de empregados com mais de 35 anos de idade; pela fiscalização dos atendimentos do INPS e seus convênios.

Pela Liberdade Sindical

Pela liberdade sindical: Pela dinamização de nosso sindicato, orientando-o a serviço da categoria e do associado; pela formação e reconhecimento oficial das delegações de empresas com a respectiva estabilidade provisória; promover assembleias de fábrica para tratar de seus problemas específicos quando se fizer necessário; pelo respeito às decisões das Assembleias; pela dinamização do Jornal META, voltado para os interesses da categoria.

Pela dinamização do Sindicato: Criação de um Departamento Feminino, incentivando a participação da mulher metalúrgica na vida sindical, para discussão e encaminhamento de seus problemas específicos; por melhor atendimento e orientação aos associados e seus dependentes; pela campanha permanente de novos sócios, conscientes do que é a Associação Sindical; pela melhoria dos Cursos existentes com a aquisição de material técnico para aulas práticas e criação de novos cursos profissionalizantes extensivos às Delegacias; pela utilização do terreno de Maria da Graça para fins educativos; por instalações para delegacias de Duque de Caxias; pela criação de uma comissão de recreação e cultura, com a finalidade de promover excursões, filmes, torneios e palestras; e pela construção da Delegacia de Nova Iguaçu e criação da Delegacia no setor de construção naval.

Quebra-quebra na construção civil

Aconteceu novamente. Os trabalhadores que estão construindo vários edifícios de luxo na Barra da Tijuca, no Rio (num lugar que vai se chamar Novo Leblon), se revoltaram. Três mil operários, no dia 24, quebraram toda a cantina da construtora Gomes de Almeida Fernandes, onde eram servidas comidas azedas, e ainda enfrentaram a polícia. Um operário aleijado, que estava sendo espancado pela guarda de segurança particular da construtora, foi resgatado por dezenas de trabalhadores. Dois operários ficaram seriamente feridos: um deles levou um tiro na boca e ainda está internado. No dia seguinte, ainda revoltados, os operários fizeram barricadas na avenida que passa em frente à obra e apedrejaram alguns carros - uma maneira, ainda que precária, de chamar a atenção para seus problemas e romper o isolamento de uma luta que diz respeito, hoje, a cerca de 250 mil operários da construção civil do Rio - em todo o Estado são 600 mil.

Esta é a segunda vez, este ano, que os operários das obras de luxo se revoltam. A primeira foi em julho, em São Conrado, e o motivo foi o mesmo: comida estragada. Também naquele dia os operários quebraram a cantina e enfrentaram um choque da PM. Isso tudo parece mostrar que os trabalhadores da construção civil não estão mais aguentando a forma como são tratados e a maneira como são explorados pelos donos das grandes firmas construtoras, como Sérgio Dourado, Carvalho Hosken, Gomes de Almeida Fernandes, João Fortes, Lindemberg, o próprio Metrô e suas empreiteiras.

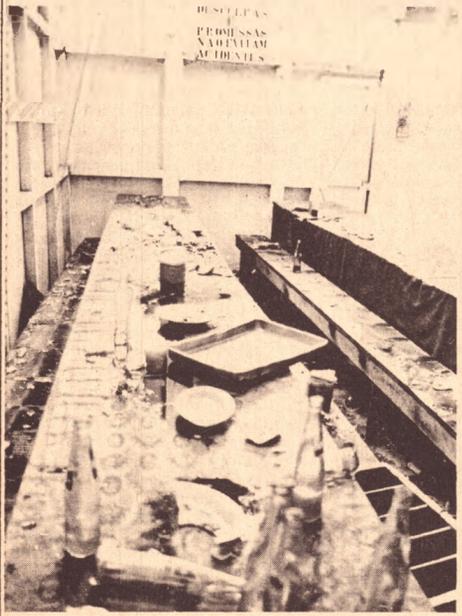
Salários baixos, excesso de trabalho, vivendo em alojamentos sem qualquer conforto e segurança (só nos últimos meses três grandes incêndios destruíram alojamentos de milhares de operários) e tendo de comer o pão que o diabo amassou, os trabalhadores da construção civil já perderam a paciência. Um operário, depois do quebra-quebra da Barra da Tijuca, dizia com todas as letras:



- Assim não dá. A gente trabalha que nem louco pra construir esses apartamentos de luxo pro ricos morar. A gente não tem onde morar (a maioria absoluta veio do nordeste e deixou família por lá) e ainda tem de comer comida azeda. Num dá mesmo.

Só o apartamento do Sérgio Dourado, por exemplo, no Leblon, vale mais ou menos 15 milhões de cruzeiros.

Ao lado dele mora Marcos Tamoio, o prefeito da cidade. Preço de seu apartamento: Cr\$ 30 milhões. Tudo feijão da mesma panela. Eles se entendem. Só a Sérgio Dourados Empreendimentos Imobiliários prevê, para este ano, um faturamento de Cr\$ 3 milhões construindo e vendendo apartamentos - o que equivale aos salários mensais de mais de 2 milhões de assistentes de pedreiro.



O apelo da fome

De repente, o país parece que acordou e lembrou-se que aqui também existem presos políticos sujeitos a péssimas condições carcerárias. Só agora, entretanto, começa a ser conhecida a história daqueles que têm apelado para a greve de fome como último recurso à uma sobrevivência digna.

Desde 1969, os presos políticos brasileiros realizaram inúmeras greves de fome e protestos contra as más condições carcerárias, espancamentos e outras violências bastante comuns nos presídios. O assunto "presos políticos", entretanto, embora divulgado no Exterior, somente começou a repercutir intensamente no cenário político nacional depois de 1975.

O que explica essa "abertura", que de uma hora para outra trouxe à tona essas lutas e denúncias, cujos ecos, anteriormente, morriam nos muros das prisões? A resposta parece localizar-se muito mais no avanço das lutas e da mobilização pelas liberdades democráticas, e no vínculo destas com a existência e a situação dos presos políticos, do que nas supostas iniciativas "democratizantes" vindas de cima.

Isso se comprova pelas manifestações (e suas consequências) ocorridas em 1977, em defesa e solidariedade a prisioneiros políticos. A prisão de Celso Brambilla e outras 14

personas, acusadas de planfletagem subversiva na região do ABC, em São Paulo, às vésperas do 1º de maio, provocou intensa mobilização dos estudantes e outros setores da sociedade. Seguiram-se atos públicos, passeatas, com uma palavra de ordem destacada: "libertem nossos presos. Reflexo dessa solidariedade: no dia 29 de novembro, os 15 presos políticos desse processo foram absolvidos pela Justiça Militar.

No final de outubro, uma carta-denúncia de 15 presos políticos cariocas, acusados de militância no Movimento de Emancipação do Proletariado, divulgando as violências que sofreram nos órgãos de segurança, repercutiu de maneira inédita, dando peso às reivindicações de diversos setores da sociedade, interessados na democratização do país.

Ainda em outubro, a greve de fome realizada por seis presas políticas cariocas reivindicando a criação de um presídio político único no Rio de Janeiro, provocou inúmeras manifestações de solidariedade, da

parte de outros presos políticos, de estudantes, do clero, da advogados, inclusive cartas de apoio de presos comuns.

Em meados de novembro, três dias depois do fim da greve do Rio, 2 presos políticos da ilha de Itamaracá, em Pernambuco condenados a prisão perpétua, entraram em greve de fome contra o absoluto isolamento a que estavam submetidos. Dias depois, 15 outros presos da ilha aderiram à greve. No final do mês os portões deste presídio abriram-se pela primeira vez para uma clássica entrevista dos dezessete prisioneiros à imprensa. Apesar de todas as manifestações de apoio aos grevistas, suas reivindicações não foram atendidas até agora.

Vitórias parciais à parte, os problemas principais dos presos políticos persistem. As presas do Rio não conseguiram a transferência e divulgaram uma carta ao encerrar o movimento, afirmando estarem sofrendo represálias por terem-no realizado. A solução do problema de Itamaracá ainda se restringe a vagas

promessas das autoridades carcerárias.

Para os presos políticos existentes no país, uma hora a mais de banho de sol, um livro não censurado, um encontro com a companheira, um bate bola semanal, alguns minutos a mais de conversa com as visitas são importantes condições de sobrevivência física e ideológica para enfrentar as duras condições do cárcere. Por esses pequenos mas fundamentais direitos, e contra as arbitrariedades e violências os presos têm lutado, basicamente através de greves de fomes e denúncias: o "diálogo" não é acessível a eles, embora alguns "dialogadores" tenham se mostrado, de uma hora para outra, sensíveis às suas reivindicações, ao menos em palavras. Mas, a garantia maior da integridade dos presos políticos encontra-se justamente no avanço das manifestações de solidariedade aos mesmos, cujo alcance máximo define-se pela obtenção da anistia ampla e irrestrita para todos os prisioneiros políticos e atingidos pelos atos de exceção.

CULTURA



As mãos
no ar

O que dizer diante da imagem do tanque soviético nº 23 - o primeiro a entrar em Praga para libertá-la do nazismo - rodeado de outros tanques soviéticos, que vieram para ocupá-la?

Como não questionar a tese do suicídio de Allende diante da firmeza da voz e da fragilidade do olhar de sua filha, anunciando à multidão reunida na praça de Havana que seu pai, durante o bombardeio do La Moneda, lhe confiara: "Diga a Fidel que cumpra o meu dever"?

Acaba de ser lançado em Paris **Le fond de l'air est rouge**, de Chris Marker, cineasta importante do chamado cinema político e autor de **La Jetée**, de **Joli Mai** sobre maio de 68. Por que falar dele para os brasileiros já que, provavelmente, não será nunca exibido no Brasil? Talvez porque a compulsão seja grande demais, em, ao menos, informar sobre a existência de um filme que fala do nosso tempo, da nossa crise, da nossa perplexidade, da violência que se exerce sobre nós.

Chris Marker reuniu uma enorme massa de documentos, inéditos em sua maioria, sobre o período 1967/77 e articulou-os em torno de dois polos. Polo um: "as mãos frágeis", subtítulo retomado de uma faixa dos estudantes franceses de maio de 68 que, lucidamente, convidava os trabalhadores a se apoderarem, com suas mãos fortes, da condução do movimento e de sua amplificação. As mãos frágeis são as mãos dos estudantes de todos os continentes, levantadas em Paris, Roma, Berlim, Columbia e Berkeley, nas capitais latino-americanas - no que Jean-Pierre Fayer denomina o "Ano Louco" de 1968; são ainda as mãos dos vietnamitas que lutavam em condições desiguais com o invasor estrangeiro; as mãos que aplaudem o primeiro congresso realmente democrático na primavera de Praga; as mãos da Revolução Cultural chinesa; as mãos dos revolucionários românticos, de Guevara, do Régis Debray de "Revolution dans la Révolution". O polo dois está centrado sobre "as mãos cortadas", isto é o descenso do movimento estudantil, a repressão, a crise e a crítica do socialismo institucionalizado e do papel dos partidos comunistas, mas também da compreensão de que os tempos exigem a unidade não alcançada e novas formas de organização para enfrentar o poder estabelecido. São as mãos de Victor Jara, amputadas pelo Setembro chileno; as mãos de Jean Pallach se auto-destruindo no primeiro aniversário da invasão de Praga e provocando esse imenso cortejo de dor e culpabilidade na população tcheca; as mãos das mulheres de Minamata que, comprando ações da companhia que poluiu o lago japonês e as fez gerar filhos anormais, se apresentam na assembleia dos acionistas para interpelar o diretor-presidente.

"A gente não sabe o que filma" - diz em determinado momento a voz off de Chris Marker. Isso fica evidente em **Le fond de l'air est rouge**. Porque por mais consciente que seja o operador, o sentido das imagens só nos será revelado depois, quando o tempo da História se encarregar de mostrar o que realmente significavam, o quanto enunciam o discurso de um período.

Nossos olhos ficam assombrados, com o renascer interminável da esperança que marcou esses dez anos. Assombrados também com a violência do poder, porque rompe as fronteiras entre o real e o imaginável. E a melhor maneira de dar conta desse rompimento é romper, por sua vez, com a divisão ficção/documentário. É o que ocorre logo na apresentação do filme: partindo de um acontecimento real - o massacre dos manifestantes na escadaria de Odessa em 1905 - Eisenstein fixara em nossa memória um dos maiores momentos da ficção cinematográfica no **Encouraçado Potemkin**. Apropriando-se dessa seqüência ficcional, alterando suas imagens com as imagens reais da repressão nos quatro cantos do mundo, Chris Marker alterará definitivamente a nossa memória, fazendo-nos lembrar que a violência, o terror, o excesso da seqüência de Odessa estão vivos, presentes, a nossa frente, dentro de nós. Haveria melhor maneira de nos dizer que o poder trabalha para nos fazer esquecer, enterrar todas essas imagens?

L. Garcia dos Santos

Punindo os punidos

A forma encontrada para punir duplamente a Rholine Cavalcanti e Carlos Alberto Soares, ambos condenados à prisão perpétua, foi colocá-los em isolamento, separados dos demais presos políticos de Pernambuco. E contra a dupla-punição que protestam Rholine e Carlos Alberto.

Oficialmente, o isolamento a que estão submetidos Rholine Cavalcanti e Carlos Alberto Soares se deve ao fato dos dois presos políticos estarem condenados a prisão perpétua.

Mas não é esta a visão dos presos de Itamaracá. Segundo eles, tudo começou na última greve de fome, realizada em outubro de 75. A greve, contra o isolamento de Luciano Almeida e Marcelo de Mello, que se encontravam no Quartel da cavalaria, em Recife, teve a participação de 36 presos políticos. Entre eles, Rholine e Carlos Alberto.

Eis a versão dos presos: "Esta greve foi a mais séria que realizamos e a que sofreu maior repressão. Depois do 10º dia, os presos mais fracos fisicamente foram forçados a tomar soro na enfermaria da penitenciária. No 13º dia, todos os presos foram retirados do Presídio e



Rholine Soude

espalhados em enfermarias nos diversos quartéis.

Os presos foram distribuídos pelo Hospital da PM de Pernambuco, Hospital Geral do Exército (na enfermaria psiquiátrica, junto aos doentes lá existentes e em celas fortes), enfermaria do QG da Aeronáutica, Hospital Naval, enfermaria do quartel da cavalaria para onde foram Luciano e Marcelo.

Para a enfermaria do QG da Aeronáutica foram: José Emilson, Cláudio Ribeiro, José Adeildo e José Calistrato. Sofreram provocações e ameaças, sendo que Claudio e Adeildo foram espancados. Depois de alguns dias Calistrato foi levado para um casebre no meio do mato, em péssimas condições de higiene.

Na enfermaria, ouviam todo dia gritos de pessoas sendo torturadas e foram proibidos de beber água.

No Hospital Geral do Exército (enfermaria psiquiátrica) ficaram Aluisio Valério, Alanir Cardoso, Rholine Sonde, Carlos Alberto Soares e Alberto Vinicius. Todos isolados. Foram proibidos de beber água, enquanto copos de laranja eram colocados dentro das celas (a laranja não podia ser bebida por causa da greve).

Como último recurso, aplicaram coquetéis de amplicil, fenergan e aloperidol (remédios fortíssimos para doentes mentais). Quando estavam inconscientes aplicaram ampolas de insulina. Todos estiveram em pré-coma. Em seguida foi aplicada a soro.

A greve durou 26 dias. E depois disto Rholine, Carlos Alberto e Alberto Vinicius foram separados.

Quando a pena de prisão perpétua de Alberto Vinicius caiu para 30 anos, ele retornou. Mas os outros dois ficaram."

"Eu te conheço? Não"

Muitos podem estranhar. Mas a greve das seis presas políticas do Rio trouxe um dado novo: um preso comum entrou em greve de fome por dois dias e outros escreveram cartas para Jessie Jane, Norma de Sá Pereira e Rosalice, três das presas políticas em greve. Para que se possa ter uma idéia do sentimento de solidariedade destes presos comuns, eis alguns trechos destas cartas:

Bom dia, 13 de novembro de 1977
Nobre pessoa, não sei quem você é, mas já estáis passando fome, por isso eu venho a notificar que fiz o favor de avisar a situação em que se encontram os presos políticos do quartel da cavalaria. Também mandei avisar por saber como se procedia o andamento. E de alguma forma que no começo conheci e dei deferimento patético que não aceitaram neste local de confinamento penitenciário. Porém os apelos se sentiram e desde então a constância que se observou por parte dos presos políticos, assim como a greve de fome por dois dias consecutivos (12/13). Assim sabendo da desistência da mesma no 13/11. Sinto não ter

que as autoridades querem ocultar. Que existe preso político no Brasil"... "Eu te conheço? Não. Mas sei que você tem um sorriso lindo, é fotogênica, mulher de coragem, decidida com qualidade interior e vivência para ser líder.

"Eu tenho meus planos e sou teu amigo, te respeito, admiro e sei esperar

A Norma é muito legal. Fiquei entusiasmado, quis me conhecer.

Tudo que vier de vocês eu vou entusiasmando, me enriquecendo.

Com firmeza, sensatos e calma estamos agindo certo no cárcere.

Vou parar de escrever, as letras estão olhando para mim.

Estou do lado de Vocês.
- Abraços
- Oi Rosalice, o que você conta?

A cronologia das greves

As greves de fome de presos políticos ganharam as primeiras páginas dos grandes jornais há pouco tempo, mas sempre foram instrumento de luta constantemente utilizado. Um levantamento parcial mostra pelo menos 12 greves entre 1970 e 1977:

1) 1970 - Presídio Talavera Bruce (Bangu - Rio). Cerca de 20 presas políticas entram em greve devido ao seqüestro de três companheiras na porta do presídio, depois de terem sido libertadas pelo STM. Aproximadamente 40 presos políticos fizeram greve de fome em solidariedade, na Ilha das Flores.

2) 1971 - Ilha Grande (Rio) - Cerca de 70 presos ficaram em greve durante 16 dias reivindicando o fim do rigor carcerário (trancamento nos cubículos) e a extinção das torturas físicas e psicológicas sobre presos comuns e políticos. O diretor do Presídio foi demitido ao final da greve.

3) maio de 1972 - Presídio Tiradentes (São Paulo) - 1ª etapa: sete dias de greve realizada por 40 presos

políticos contra a transferência de alguns deles para locais desconhecidos. Interrompida sob a palavra do diretor do Sistema Penitenciário de que não haveriam mais transferências; 2ª etapa: iniciada a partir da transferência de seis presos (entre eles três frades dominicanos). Duração: 33 dias. Talvez a mais longa greve de fome realizada no Brasil.

4) agosto/setembro de 1973 - Ilha de Itamaracá - 32 presos políticos, durante 1 dia, contra espancamento de presos comuns.

5) maio/junho de 1974 - Ilha de Itamaracá - 33 presos políticos, durante dois dias, por melhores condições carcerárias e contra o espancamento de presos comuns. Reivindicações parcialmente atendidas.

6) novembro de 1974 (Fortaleza de Santa Cruz - RJ) - 17 presos políticos, durante três dias, até o retorno de dois dos presos que haviam sido retirados da cela sob espancamento.

7) novembro/dezembro de 1974 (Ilha de Itamaracá) - 36 presos políticos, durante 12 dias, contra a transferência de dois dos presos para o Quartel da Cavalaria. Suspensa a greve sob garantia que os presos políticos não seriam separados.

8) maio de 1975 (Ilha Grande) - 35 presos políticos durante 18 dias reivindicando transferência para o continente. Reivindicação atendida.

9) outubro de 1975 (Ilha de Itamaracá) - 26 presos políticos durante 26 dias pelo retorno dos dois presos que continuavam no quartel da ca-

valaria e por melhores condições carcerárias.

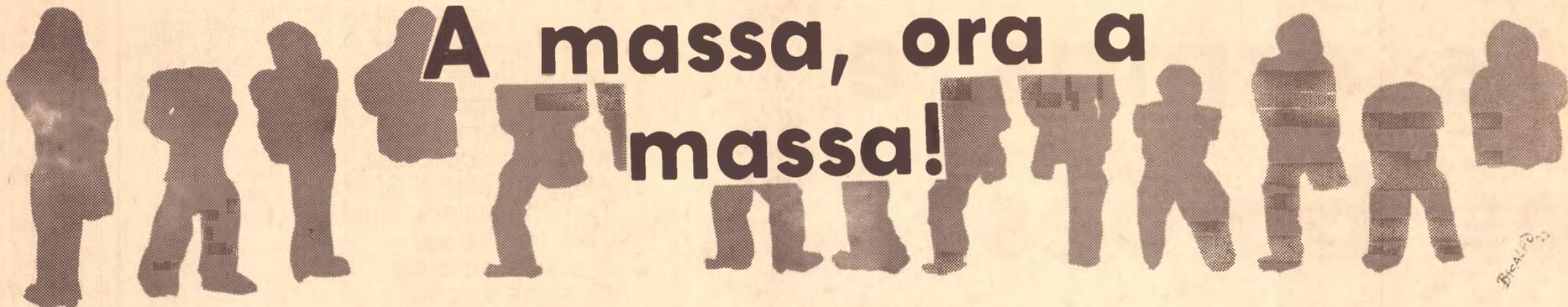
10) agosto de 1977 (Dops-Rio) - 19 presos políticos, durante quatro dias, contra o retorno de três presos ao Doi - Codi.

11) novembro de 1977 (Talavera Bruce-Bangu) - 5 presas políticas durante 20 dias pela transferência para o Anexo Feminino para o presídio do centro da cidade. Em solidariedade, entram em greve 12 presos do Presídio Esmeraldino Bandeira e 24 presos do Presídio frei Caneca. Treze dos grevistas foram colocados em liberdade.

12) novembro de 1977 (Ilha de Itamaracá) - 2 presos políticos, contra o isolamento a que estão submetidos. Em solidariedade, entram mais 15 presos em Itamaracá.

O olho da história

O documentário político já nos habituara a momentos de grande intensidade, sintomas de uma época, como o enterro-manifestação do poeta. Pablo Neruda logo depois do golpe de Estado ou o passeio de Hitler ocupando fisicamente os lugares históricos de Paris numa madrugada dos anos 40. No filme de Chris Marker, entretanto, o visionamento das imagens prescinde freqüente-



A massa, ora a massa!

Estão os três estudantes sentados discutindo num canto do Centro Acadêmico da Geografia. São do DCE LIVRE USP. Me aproximo e sento pensando numa entrevista. Eles no entanto continuam a conversar: " - Mas olha... quando neste trecho você fala (procura no papel) ... "A nós estudantes é vedada a possibilidade de nos reunirmos a nível nacional. Participarmos da vida política do país e tratarmos dos problemas referentes a educação"... tá incompleto. Primeiro porque mesmo "eles" não querendo, a gente tá participando. Segundo, que a participação não é só pra tratarmos de problemas de educação, mas das questões políticas gerais do país.

" - Sim eu sei! Tô entendendo. Mas já tá dito no parágrafo de baixo pô! Esse relatório seria bom que saísse não repetitivo."

" - Tá legal... Mas eu acho que fica confuso!"

Conversas de gente de movimento estudantil. Descontraída. Antecedendo o depoimento na Comissão Especial de Inquérito (CEI) da Assembléia Legislativa Paulista pra apurar responsabilidades pela invasão da PUC. Na salinha do Centro Acadêmico as pessoas entram, pedem cigarros, conversam, ouvem discos.

Na CEI o show que se iniciará, tem outros ingredientes. Fiquei na platéia lá do alto junto de jovens e senhoras velhas. De imediato me veio uma idéia: será que agora quando intimarem a depor no DEOPS além das tradicionais perguntas "esteve nisso? esteve naquilo? Na missa de Alexandre? Na de Herzog? Na passeata da Penha?", se acrescentará "esteve na CEI?" Pode ser... tudo é possível. Mas onde estava mesmo... ah! sim... O exame de fotógrafos fez lotar ainda mais "nossa" pequena arquibancada. "... rapaz, sai lá de baixo rapidinho... os caras vinham na minha cara e plect! plect!"

O Secretário de Segurança de São Paulo iniciou seu pronunciamento. Composto de frases curtas, ditas rapidamente e entoadas com bem maior intensidade no final. Despertou a princípio atenção: Entidades ilegais!!! Polos guerrilheiros!!! Alexandre Vanucchi Leme!!! Depois de algum tempo a menina do lado me cutuca pra dizer: Pô! Esse recurso de oratória é primário né! Concordei. Mas não adiantou nada. O espetáculo continuou, porém, depois de uma tonelada de papéis e mais papéis dizendo que o Movimento Estudantil é mau! Ou faz mal?! Sei lá! Que é péssimo! Comunista em gênero, número e grau (?), o que caracteriza a prática do ilícito, que na USP tem uma manifestação de 24 em 24 horas, que fomos para a PUC com o coração nas mãos (graças a Deus!!!). Pensem no inverso! Além de ficar sabendo que a culpa foi do lugar, um lugar acanhado sabem? E que 50 delegados, mais 200 soldados enfrentaram a sanha de 2000 estudantes etc... etc...

"Sabem...
No fundo eu sou um sentimental.

Mesmo quando minhas mãos estão ocupadas em torturar, de esganar, trucidar meu coração fecha os olhos e sinceramente chora"

Chico Buarque e Rui Guerra

É violenta ou tem força e portanto poder? Teme-se o que? A violência em si? Ou o poder transformador da massa? Ah! se a platéia aqui de cima pudesse perguntar... Falar... Já me imaginei lá do alto como um Castro Alves dizendo: "Olha e tem outra coisa! Há massas e massas! Eu por exemplo tenho um amigo que é só ver uma assembleizinha que já começa a chorar todo emocionado que fica. Tem por exemplo umas outras massas muito "estranhas". Por exemplo aquelas do fascismo. Ou as massas do peronismo. Ou ainda, aonde a gente põe aquele milhão de pessoas do enterro do Getúlio? E aquela outra massa da Marcha com Deus pela família e a liberdade? Pois é há massas e contra massas. Eu, sempre acredito nelas. Na sua capacidade de transformar as estruturas sociais que as oprimem e exploram. Ouviram? O que? (Apuro os ouvidos pra ver quem lá em baixo contesta).

Elas são violentas? Violência também é esse cotidiano de miséria e de "sufoco"... Pois é! É isso aí! E tem mais... (nisso as senhoras velhas com suas rugas experientes se aproximam pra me apoiar... vai meu filho... diz tudo...) Aprendemos sempre a acatar as autoridades! As leis! Que leis são essas? Quem as fez? Eu não fui! Muito menos as massas! Que princípio de autoridade, de poder é esse? Quem controla o poder? As autoridades?

Que eu saiba nem eu nem as massas! Quem é que garante essa impunidade de se espancar e dissolver a bombas manifestações populares? Vejam por exemplo o caso dessas meninas queimadas. Quem responderá por ele? (Lá em baixo respondem: Deus!! Deus???) Esclamamos num uníssono doído. Deus???

No meio de toda essa empolgação as massas das arquibancadas já não se continham. Estavam violentas! Batiam palmas! Confraternizavam-se em pulos! Berravam! Já estavam até pra gritar em coro: (note-se a presença das senhoras velhas, casadas, o que desindica o conflito de gerações) Queremos Liberdades! Liberdades Democráticas! Nisso um deputado do MDB a todos estareceu! Falou pelos autofalantes que o MDB também propunha a derrubada do regime!!! Que não havia mal nenhum nisso.

Epa! Fizemos todos e esticamos lá pra baixo as cabeças. Nossa? Cadê ele? Quem foi? Santa mãe! E o coronel que fará? Tá cassado! Daí o deputado completou... Queremos tudo isso mas dentro da lei! ah! certo... MAS como dentro lei, Mama Mia!! Dissemos nós, as massas da arquibancada. Se as leis que estão aí, só estão aí, pra manter o que está aí!

Dulio Zoppi e Esmeralda de Silva



Cavando uma ponte

Os debates em favor da construção de um projeto cultural crítico da ideologia dominante têm sido privilégio das elites intelectuais de oposição no Brasil. As massas trabalhadoras não acompanham sua polemização que se articula apenas indiretamente ao nível de mobilização e aos interesses imediatos da maioria da população. Esse limite com relação às classes exploradas e oprimidas faz com que a luta ideológica se restrinja às posturas individuais, com aparência de briga entre panelinhas, em meias palavras, num discurso cifrado. Não se constrói a ponte de contato, o vínculo orgânico entre os setores trabalhadores e a intelectualidade. E as propostas assim se perdem, muitas vezes mascaradas por uma ética de academia. Há que se constatar, porém, que o estágio do debate é esse, um debate capenga, além de mutilado pela censura.

Em Tempo, em suas páginas de cultura, se propõe a participar da questão pela clarificação do espaço da luta ideológica, tentando ultrapassar suas limitações, veiculando as divergências existentes dentro das oposições, sem escamoteá-las e reservando-se um espaço de opinião própria. Fugir dessa prática seria, de certa forma, pactuar com as cartadas de ideologia dominante, suas propostas culturais paternalistas, que muitas vezes ganham simpatia de setores inquietos da intelectualidade de oposição.

A discussão das diferenças de visão do mundo no seio das oposições torna-se urgente, fazendo com que as diversas propostas cheguem assim com seus matizes à participação mais ampla possível de suas bases. É o que fazemos neste número do jornal e pretendemos fazer daqui em diante.

Corações e mentes

Quando da invasão da PUC em 22 de setembro último várias pessoas foram feridas. Algumas com queimaduras de 3º grau. Maria Cristina Raduan, quartanista de Ciências Sociais da PUC, foi a mais atingida, tendo sido hospitalizada durante um mês sofrendo operações e enxertos. Seus gastos como os das outras meninas foram pagos pela Secretaria de Segurança. "Um gesto humanista", no dizer do Cel. Erasmo Dias.

Este papo com Cristina e Raduan começou mesmo no Cinema Um, quando fomos juntos ver "Dersu Uzala" - "Choraram?" perguntei. "Não". Foi a resposta. Eu sempre choro nesse filme, disse-lhes.

Depois que se casaram nunca mais os vi. Soube da situação de Cristina porém não fui ao hospital. Tinha grande expectativa em saber como ela estava e este ia ser nosso primeiro encontro.

Prá quem não conhece vou tentar dizer um pouco: Cristina é bonita e tem um sorriso que te "pega". Raduan um pouco mais tímido, quieto. Falei da intenção de entrevistá-los pra saber como ficou a barra depois de tudo. Disse-lhes, no que concordaram, que a grande imprensa tinha feito um trabalho importante de "revelar" o que estava acontecendo, porém que a impressão que ficava era de coitadinhas - "o caso das queimadas". Pessoas informes. Homogeneizadas. Sem idéias ou visões de mundo. O que permitia reclamar do jeito que se quizesse do excesso de violência que elas receberiam. Como disse o Raduan a grande imprensa daqui funciona mais ou menos como a dos EEUU. A violência vende jornal e violência com outro tipo de enfoque - violência mais política, ganha ainda mais público. O fato da grande imprensa noticiar é claro foi importante, as condições estavam dadas, e nada mais oportuno do que ter como fato a Secretária de Segurança pagando os gastos.

No caminho do cinema disse ao Raduan que achava Cristina ótima. "Ela tem uma cabeça boa. Tá legal. Não vai na sua frente expor as fragilidades. Depois é que a barra pesa."

Quizemos saber como essa situação toda interferiu na vida dela. No que tinha atrapalhado?

" - Não é que atrapalhe. Acho que a pergunta não é bem essa. Eu te diria assim: acredito ter mais condições de superar essa situação porque entendo como ela aconteceu. Entendo o momento em que vivemos. Porém, não foi uma opção minha, como não deve ser pra ninguém, ser queimada. Nem os que estivessem passando por perto, saindo das aulas, ou mesmo os que não foram ao ato público podiam imaginar que a concentração do dia 22 na PUC seria dissolvida da forma como foi. Todas as manifestações anteriores e os cerceamentos que sofreram não levam a supor tal intenção. Não que a

partir de agora faça parte das opções ser queimada. E de fato não cabe a discussão se a violência, foi ou não descabida. Um excesso ou não. O que me pareceu não estar claro para as pessoas naquele momento era que, a insistência na reconstrução da UNE, no III encontro Nacional dos estudantes, poderia trazer um dado "novo". Além disso tem o problema da PUC. Seu significado no momento atual. A realização da SBPC em suas instalações.

Concordei com ela e pensei em qual é afinal o significado que tem hoje ser preso. Ter "antecedentes criminais". Lá nas ciências sociais da USP, dos 300 alunos que frequentam, uns 200 já foram presos e fichados. Aos outros 100 só resta se "entregar espontaneamente" pra se evitar os privilégios... As bombas no caso da PUC e o que elas provocaram aprecem como um dado a mais. Algo para assustar. Feito de forma a não ser debitado na conta da Secretária de Segurança.

A mim o que aconteceu com ela não foi um excesso de violência, mas a medida exata da disposição e da violência necessárias para reprimir. Prá mim Cristina não é um exemplo do que nos pode acontecer. Mas um exemplo da arbitrariedade das leis e dos órgãos legais. Da disponibilidade do regime em reprimir.

Você acha que os estudantes e a população assustaram?

"De qualquer forma, mesmo a intenção sendo essa, a invasão da PUC, as queimaduras, pegaram muito mal junto à população. O espaço pra uma nova atitude desse tipo por enquanto me parece que diminuiu".

Você acha que está virando um mito? "De jeito nenhum! Não é nada disso! Eu estou voltando à "vida normal", frequentando a escola, conversando com o pessoal. A gente sente que a escola ainda está traumatizada. Um certo medo no ar. Porém, e isso é engraçado né? O Centro Acadêmico anda mais frequentado. Mais gente indo lá..."

Eu acho que isso só aconteceu conosco por causa da sociedade que está aí. E essa realidade precisa ser transformada. Não é pelo fato de ter sofrido essa agressão que eu vou deixar de entender que tudo vai mudar. As marcas que me ficaram são mais fortes por ser a sociedade como é mas serão amenizadas eu sei à medida em que ela se transformar".

CURTO CIRCUITO

coronel: pois é! tudo o que vem de comunista não tem senso nem consenso que age em termos exponenciais na esquizofrenia da massa, que na medida do possível nós tentamos evitar!!!

deputado: a massa ou a esquizofrenia coronel?

coronel: os comunistas! os comunistas! porque eles procuram se infiltrar na massa na sua escalada, o que resulta num autêntico movimento de massas, de massas... e a massa?! ignorar a violência das massas é ignorar a característica das massas... a menos que seja uma massa de senhoras casadas indo a missa e de estudantes se só ficaram dentro... e de estudante nenhum!!! porque movimento estudantil é que nem jogo do bicho; você só pega o passador, bicheiro antigo, banqueiro você nunca pega. os comunistas!! OS COMUNISTAS!!

ai eu senti tanto sono que dormi.

Esmeralda entendeu pouco do que o Coronel falou, mas percebeu que ele estava defendendo a noção brasileira dos famigerados comunistas que se pensam em pular dos outros, se infiltrando em tudo que é lugar. E se ele fugia como falava, devia ser bom e mesmo que as vezes se cedesse as vezes, dissera que na invasão a culpa é do lugar.

Ala feita est, dura sex sed lex.

"Caracterizando assim a prática do ilícito em gênero número e grau"

Além do mais era animada e sonora, cheia de rimas como a do bérrio Santos. "Eu vou ser claro, curto, preciso e conciso. O que comunista faz não tem esse nem consenso."

Pouco não estranhou o coronel não saber que a sanha após sair de mim falando a palavra a fala era familiar porque trouxe o mesmo mistério da schizofrenia que trouxe os adeus na sua pais incerta.

Terzinha!!! Alô, alô dona Maria como vai sua pa? Alô, alô dona Rainunda como vai... vai bem?

Chacrinha me domina... Chacrinha me alucina... É hora... é hora... é hora... É hora da Luzena!!!

Um programa conciso, curto e preciso!!!

Um programa conciso, curto, e preciso!!!

Dato Maxima Venia

Esmeralda de Silva

As armas e os barões

A mitologia é uma muleta do conhecimento. Quando estamos desamparados de condições científicas de conhecimento da realidade, nos amparamos nessas muletas. A mitologia é a pré-história do conhecimento, como a religião é a pré-história da filosofia.

O mito é uma opressão exercida pela mente sobre a própria mente, condicionando e reduzindo a visão e portanto as possibilidades de ação.

No Brasil a chamada intelectualidade vive de mitos. Derruba-se um, instaura-se outro. Morre um, procura-se o outro.

Gilberto Gil e Caetano Veloso sempre foram artistas inquietos, mas confusos. Não seria de estranhar que, num período de quase anulação dos movimentos sociais, que procuram mudanças, eles tenham amortecido sua visão crítica e desenvolvido uma visão mítica do mundo. Lamentável - apenas.

No entanto, como foram elevados à categoria de mitos por muitos brasileiros que, se julgam bem pensantes ou "de bom gosto", são agora reprovados com uma veemência digna de ser transferida para debates partidários, se houvesse partidos. Acontece que os bem pensantes e "de bom gosto" querem destruir os dois artistas, os dois coitados e confundidos artistas brasileiros (como tantos outros), porque é preciso "anular" o passado, derrubar os mitos até a última pedra, num exercício de purgação, de restauração "moral" da intelectualidade, de redenção. É a Santa Cruzada Contra Os Baianos.

Mas, não houvessem eles sido transformados em mitos, não tivessem servido de muletas aos que hoje tentam derrubá-los, e poderiam continuar tranquilamente fabricando sua arte, enrolando seus caracóis.

Houve um tempo em que tudo estava tão fechado, tão ruim, tão sem janelas, que o disco de Caetano, gravado na Inglaterra, era ouvido como uma carta de Governo Rebelde no Exílio. A cara de Caetano, na capa, virava (para os mitômanos) a cara geral de todo o Brasil exilado, e os gemidos de Caetano traduziam a boca calada de quantos não podiam falar.

E assim ergueu-se um mito. Enquanto Caetano cantasse, o Brasil estava salvo. Enquanto Caetano nos enviase sua mensagem de resistência, poderíamos mirar nela nossa dignidade, como uma multidão debruçada em torno de um toco de vela.

Mas, bem, talvez nem Caetano quisesse significar tanto, nem nós precisássemos ter ficado à espera de canções, como se elas fossem discos voadores que chegassem trazendo a síntese dos novos tempos e uma distribuição de tarefas e esperança.

Cordelros da Esperança

A esperança é outro mito. Quanto cantaram o dia que vai chegar! A manhã que virá depois da escuridão. A aurora redentora, fatal (porque obrigatória, irreversível, conforme um marxismo safado que olha a redenção no horizonte para não ter que olhar os próprios pés apodrecendo no inativismo, no liberalismo, num populismo que se renova à custa dos Paulo Pontes e outros cordeiros da Longa Noite de Espera que alguns vivem).

Esse é outro mito: na falta de uma análise acurada e concreta do momento histórico, que mostre qual a ação possível e necessária, eilegem-se estes tempos como tempos de espera. E assim o mitômano se vê como navegante de um barco escuro encahlado, à espera de ventos e correntezas que, de repente, virão dar o empurrão inicial para a grande arrancada. Enquanto isso, o mitômano fica anestesiado na sua noite, na sua Noite. Nada a fazer. Nenhuma tarefa. Nenhuma possibilidade de ação, por menor que seja. Nada. O mitômano ou marchará com as massas ou ficará roendo as unhas nos porões, não deixa por menos.

Mas Ferreira Gullar veio da Argentina, aleluia. Vinicius falou: é o maior poeta vivo do Brasil, aleluia. Hosana. Santo Ferreira Gullar chegou para nos salvar. E aí está, pronto para assumir todas as funções confusoras, castrantes, anestésicas de um mito, o poeta Ferreira Gullar - que, se não quis nada disso, também não foi ladino o suficiente para perceber como foi sendo erigido em mito, entrevista aqui, depoimento ali, cartinha do Paulo Pontes acolá (endereçada a Gullar, tratando-o como Messias: volte. Gullar, precisamos de você, estamos dando um jeito na cultura brasileira, mas acho que não vamos conseguir sem você).

E lá veio Ferreira Gullar. E de repente aquele bom poeta virou gênio. Conforme a visão mitômana que tudo exagera ou diminui - até os confusos e suicidas poemas de Luta Corporal passaram a ser lidos com ve-

neração. (Na segunda edição do livro, o próprio Gullar adverte em prefácio que aqueles poemas têm apenas o valor de mostrar um processo artístico torturado, desesperado, que redundou na criação de uma linguagem tão original que só o poeta entendia. E chamava a atenção do leitor para os Novos Poemas, que vinham em apêndice no final do livro, e onde o poeta se reencontrava com a comunicação e, portanto, com as idéias e os homens.)

Virou Gênio na Luta

Agora, de repente, tudo que Gullar escreveu vira genial, mesmo aqueles abomináveis poemas de A Luta Corporal, interessantes apenas como demonstração da inviabilidade de uma poesia que não leva em conta a comunicação.

Esses mitos, esses artistas consumidos como tótems, são erigidos ou derrubados, atualmente, conforme as necessidades de três grandes mitos da intelectualidade: a Cultura de Resistência, a Cultura Nacional e a Cultura Popular.

A tal Cultura de Resistência viceja nos arcaicos da música popular, do teatro profissional arrependido, do jornalismo cultural.

Paulo Pontes é seu São João Batista, Ferreira Gullar é seu Cristo. A herança política e filosófica é dos Centros de Cultura Popular da UNE. Daí se explica essa noção tão equivocada, tão piegas, tão miserável, a "Resistência": já que não se pode atacar, vamos resistir.

Recondicionando aos trancos e barrancos a herança política da agitação de 68, da visão de mudanças sociais à base de uma suicida luta armada, os adeptos da Cultura de Resistência são como velhos boxeadores: quebraram o nariz, engordaram, mas ainda dizem: um dia vocês vão ver... Enquanto isso, resistem, como os velhos boxeadores resistem empregados como porteiros de boate, à espera da grande revanche.

A Cultura de Resistência parece reunir velhos boxeadores de 64, de 68, e novos "resistentes", que nunca foram à lona: já nasceram nela. Acostumados a aceitar, aceitam que a função máxima da arte e dos movimentos culturais é cutucar o Poder, ironizar o Sistema, e que isso é resistência - assim como um sonolento se cutuca para não dormir. Afinal, a Grande Aurora rairá a qualquer momento, vamos todos ficar acordados.



A Cultura de Resistência tem uma variante interessante, a Cultura Latinoamericana. Enquanto se resiste, irmana-se com outros povos resistentes, criando um outro mito: a América Latina como um bloco homogêneo de esperanças e destinos. Assim, os resistentes vêem aumentar de importância a visão que têm de si mesmos, na medida em que aumenta o enorme exército dos resistentes, com caudais de índios brasileiros e peruanos, colombianos, bolivianos, e toda essa gente que se acredita resistindo: intelectuais e estudantes de pequena burguesia confundindo classes e nações numa visão mitômana e escapista. Pois, além de fugir das tarefas, das propostas, dos movimentos de agora, a Cultura de Resistência escapa do próprio país, imantada pela América Latina como um mito que completa outro mito.

A Cultura Nacional quer, ao contrário, se fechar numa visão folclórica de brasilidade. Manipulada agora pelo governo e pelas instituições oficiais de cultura e artes, a Cultura Nacional é um mito que serve para encobrir diferenças de classe, relações capitalistas de produção artística, ideologias reacionárias, interesses puramente comerciais.

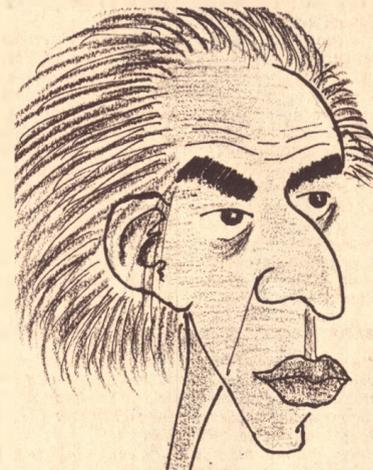
A noção de Cultura Nacional é manipulada como um bloco que tudo acomoda, tudo compreende, tudo absorve das "legítimas" manifestações culturais do "povo", como uma grande esponja que nos redimirá da invasão cultural estrangeira. Artesanato, chorinho, sambão, Jorge Amado, teatro popular, orquestra sinfônica tocando no estádio. Corintians, literatura de cordel, o quadrinho nacional, o cinema nacional, o livro nacional, tudo num caldeirão.

Todas essas atividades ou produtos são apresentados pela Cultura Nacional como instituições, como conceitos que se bastam, portadores de uma qualidade em si mesmos.

Como antes se dizia "o caráter nacional" (um outro mito), diz-se "o filme nacional", "o quadrinho nacional". Como se fossem expressões definidas de uma "autenticidade brasileira", como atividades invariáveis e que pairassem acima das contradições de classes que dilaceraram e movem a sociedade (e as artes).

A Cultura é "nossa"

Assim, encobre-se o fato de que há diferenças de classe entre o artesão e o turista que compra o artesanato. Encobre-se o fato de que há diferenças de classe entre os personagens de Gota D'água e os atores de Gota



D'água, bem como o público de Gota D'água e os personagens de Gota D'água, bem como entre os próprios atores - pois uns ganham bem mais que os outros e dividem com a Produção um poder sobre os outros.

Bem como há diferenças de classe entre os atores como um grupo e os técnicos de som, da luz, os zeladores, os bilheteiros como um outro grupo. Bem como há contradições entre os personagens de Gota D'água e os brasileiros reais que os personagens tentam representar - mas tudo é saudado como um esforço por um teatro nacional, e fica-se feliz.

Além de omitir uma análise crítica sobre o modo de produção do cinema nacional, do livro nacional, do quadrinho nacional, o mito da Cultura Nacional leva a omitir análises particularizadas da qualidade de cada filme, de cada livro, de cada quadrinho.

Basta ser nacional para ser bom, pois faz frente ao produto estrangeiro, então é produto nosso, valente, abnegado, com as condições possíveis e as desculpas possíveis e impossíveis.

A visão das artes e de outras manifestações culturais fica entupida pelo bloco, pelo mutirão da Cultura Nacional como um todo, contraposto à invasão cultural estrangeira. É bom lembrar que a Cultura de Resistência também se acha resistente a essa invasão estrangeira, além de se considerar também trincheira contra a opressão e o obscurantismo.

As duas Culturas são, de toda forma, mitos com um fundamento em comum: a eva-

Mas Ferreira Gullar veio da Argentina, aleluia! Vinicius falou: é o maior poeta vivo do Brasil, Aleluia! Hosana! Santo Ferreira Gullar chegou para nos salvar. E aí está para assumir todas as funções confusoras de mito.



Os Pais do Povo

A Cultura Popular, terceira visão mitômana dos movimentos culturais, não se evade. Pelo contrário, procura partir de uma premissa de que a realidade social é heterogênea, de que as manifestações culturais têm um caráter de classe.



Essa visão, a princípio correta e pedindo desenvolvimento, logo se torna distorcida da prática cultural quando divide a realidade social em povo de um lado e não-povo de outro. Sem precisar exatamente o que é o povo, a Cultura Popular, quando divide a sociedade em burguesia e trabalhadores, considera uns como fonte de vícios e decadência e outros como fonte de belezas. E daí não abre mão.

Ao invés de aprofundar uma visão analítica da heterogeneidade cultural em resultado da divisão da sociedade em classes, a Cultura Popular tende a padronizar a vida cultural em dois blocos: aquilo que é popular (ingênuo, humilde, telúrico, singelo, folclórico, tradicional desde que não manipulado ainda pelo Poder Cultural) e aquilo que não é popular (elaborado, sofisticado).

A partir daí, comete-se equívocos, desenvolve-se uma ação cultural ou paternalista, ou arrogante, ou tradicionalista, ou moralista, ou no mínimo ingênua.

Teatro popular, por exemplo, passa a ser encarado como um mito que tudo resolve a partir de sua simples enunciação ou pretensão. "Estamos fazendo teatro popular" - anuncia um programa oficial de cultura - e levam-se pecinhas infantis de proselitismo moralista para crianças de conjunto habitacional, onde elas dormem ouvindo os pais gemer de noite na mesma cama, onde as meninas são curradas aos 10, os meninos mais fracos aos 5.

"Estamos fazendo teatro popular" - anuncia um grupo - e apresenta Sartre. Ou Albee. Muitas vezes com arrogância, além de pedantismo: "Infelizmente o povo ainda não entende", concluem diante da frieza ou da irritação do público.

Há os que vão ensinar sofrimento a gente que é escolada na matéria.

Há os que passam a encarar todo trabalhador como super-homem.

Há os que passam a encarar todo humilde de hoje como o vingador de amanhã.

Há os que passam a achar bonito tudo que é rude, tudo que é tosco, tudo que é primitivo, tudo que é "popular".

E, finalmente, há os que acham que nada deve mudar, pois o povo, se vive mal, é no entanto fonte de tanta beleza...

O conceito do povo, quando não é precisado a cada momento em que é enunciado, torna-se mito confusivo e ideologicamente acomodatório. Uma prática cultural que repouse sobre esse conceito impreciso, só pode



resultar também mitológica, acomodatória de contradições.

Mas bastará precisar o conceito "povo"? Não será preciso precisar também o conceito Cultura? Que é Cultura? Para um conhecimento teórico, pode ser toda acumulação e desenvolvimento técnico, científico, artístico, filosófico. Mas para o praticante de cultura artística, que é Cultura? Apenas um conceito. O que há de concreto é o ato, a ação cultural. Esta, sim, deve ser situada, precisada, a cada vez que é ensinada: a quem serve esta ação cultural? a quem pretende se dirigir? quem a está envolvendo na realidade? quem a está envolvendo na realidade? quem a está entendendo? quem está participando? como estão participando? quais as relações de poder entre uns e outros? qual a maneira de desenvolver esta ação democraticamente?

Para aquele conhecimento que só se integraliza na prática, **Cultura é o ato cultural**, em sua coordenação com outros atos culturais do passado ou do presente, em sua relação com os movimentos sociais e filosóficos do presente, em sua relação com as forças e classes sociais.

Uma prática cultural correta só pode partir da análise concreta e distinta de cada ato cultural, do seu público ou de seus participantes específicos. Subordinar uma prática cultural a conceitos prontos previamente, não será alienar a prática da realidade? A noção de Cultura Popular, numa sociedade de classes, é nada mais que a reunião de conceitos vagos, socialmente imprecisos e amortecedores de todo um dinamismo que a arte pode extrair da análise da realidade, quando se volta para a realidade sem preconceitos.

Mas que motoristas?

Uma prática cultural dinâmica, não conformada, pode escolher seus participantes - ou seu público, como se queira - a todo momento. No Chile os motoristas de caminhão ajudaram a derrubar o governo da União Popular. Aqui, o que pensam os motoristas de caminhão? Ou devemos empacotar uns e outros indistintamente como "povo"?

Certamente há, momentos em que uma arte dinâmica, interessada em mudanças, tem poucos parceiros, pouco público. E há momentos em que o artista interessado em mudanças se sente como peixe nágua, pois há momentos em que muitos ousam querer e lutar por mudanças, daí apoiando seus artistas. No entanto, o artista que condiciona sua prática a uma visão mítica, fala a todos sem conhecer concretamente a ninguém, canta para milhares mas não consegue entender os caminhos que a massa toma.

Enquanto o mito é estático, a realidade é dinâmica. Logo, a massa avança, o artista continua preso ao mito, à visão da massa como um mito. E quando percebe, já não fala mais a ninguém.

Uma prática cultural interessada em mudanças só pode se desenvolver relacionada criticamente à variedade, ao dinamismo e à concretude da realidade social.

Crise econômica

O capitalismo internacional, entre a gula e a disenteria

Flávio Andrade

Nas fases de crescimento econômico, os capitalistas faturam alto; nas fases de crise, os trabalhadores tendem a "pagar o pato".

Hoje, de novo, o capitalismo internacional passa por uma nitida depressão econômica. Fato episódico? Recuperação à vista? Ou trata-se de uma "onda longa" de baixa, que empurra cada vez mais a economia para o fundo do poço? Este artigo é uma contribuição para o conhecimento da situação atual da crise, dentro de uma visão histórica.

É adaptação de parte do capítulo IV - "As ondas longas na história do capitalismo" - do livro *Le Troisième Âge du Capitalisme* (A Terceira Idade do Capitalismo) de Ernest Mandel, publicado pela Union Générale d'Édition, em 1976. Mandel, teórico e militante socialista belga, possui vários livros e artigos sobre temas econômicos, sociais e políticos, um dos quais está traduzido para o português.

O tremendo barulho em tom catastrofista alardeado inicialmente pela imprensa a partir da crise do petróleo, no final de 1973, desapareceu como que por um gesto de magia.

A partir daí tornou-se extremamente difícil para o comum dos leitores acompanhar a conjuntura econômica internacional.

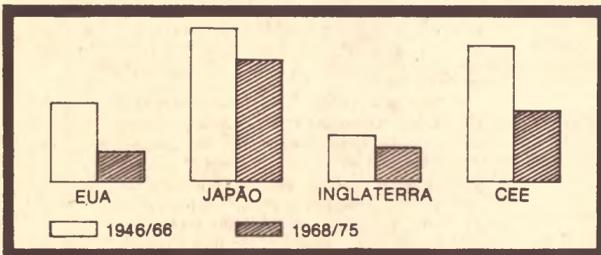
O noticiário não mais apresenta um fio condutor cristalino: declarações otimistas de pessoas e instituições alternam-se e misturam-se com pronunciamentos pessimistas quase que diariamente. E quando eventualmente surge algo mais revelador, para decepção do leitor, a análise não vai mais além do estudo particular de uma nação ou de um setor

econômico específico.

Só mais recentemente, a partir da última reunião anual do Fundo Monetário Internacional, FMI, que foi marcada pela total ausência de perspectivas animadoras quanto à recuperação da economia, é que o noticiário começou a ganhar um tom mais nitido.

Mas, no seu otimismo fácil, a grande imprensa internacional pode a qualquer momento surpreender-nos com uma nova onda de confusões.

Diante disso, torna-se necessário passar por cima das dificuldades da conjuntura mundial para pensarmos numa perspectiva histórica mais permanente, a partir da qual as informações diárias ganhem um sentido esclarecedor.



Papel da tecnologia, do motor a vapor à televisão colorida

Após a primeira revolução tecnológica, os barcos a vapor e as locomotivas; após a segunda, os automóveis e as comunicações de rádio; e, na terceira, os aviões a jato, a TV, o radar e os satélites.

Quais são entretanto as revoluções tecnológicas que constituíram as fases provocadas pela brusca elevação da taxa de lucro e consequente reinvestimento maciço de capitais previamente acumulados fora da produção?

São as revoluções fundamentais na técnica aplicada à energia que constituem o elemento determinante na revolução tecnológica em geral; a produção mecânica de motores a vapor após 1848; a produção mecânica de motores elétricos e à explosão após a década dos 90 no século XIX; e a produção mecânica de aparelhos eletrônicos e nucleares após os anos 45 do nosso século: tais são as três revoluções gerais da técnica que o capitalismo produziu a partir da revolução industrial da segunda metade do século XVIII.

Não é difícil ver que cada uma destas três transformações fundamentais da produção industrial de fontes de energia e de motores, revolucionou pouco a pouco toda a técnica de produção e conduziu também a uma revolução técnica das comunicações e dos transportes. Por exemplo, os barcos a vapor e as locomotivas após a primeira revolução tecnológica; os automóveis e as comunicações de rádio após a segun-

da; e os aviões a jato, os sistemas de televisão, radar e satélites característicos da terceira revolução tecnológica.

Inicialmente, cada revolução tecnológica canaliza para o processo produtivo todos os capitais excedentes armazenados, pouco a pouco, de ciclo industrial em ciclo industrial, fora da esfera produtiva. Em seguida a generalização progressiva da nova base tecnológica traz por consequência, após a fase prolongada de investimentos acelerados, uma outra fase de acumulação lenta, isto é, um novo armazenamento de capital que pouco a pouco vai encontrando dificuldades para uma aplicação lucrativa.

Mais cedo ou mais tarde, segundo as condições concretas, ocorre uma baixa na taxa de lucro. As dificuldades de lucratividade crescente, no curso da segunda fase de cada revolução tecnológica bloqueiam assim a passagem harmoniosa e contínua à revolução tecnológica seguinte. O capital excedente vai sendo pouco a pouco acumulado até que uma combinação de novas condições específicas produz uma nova e significativa elevação da taxa de lucro média, abrindo assim passagem a uma revolução tecnológica.

(1) É importante a distinção conceitual entre revolução industrial e revoluções tecnológicas. A primeira, a partir da qual nasce a grande indústria, está estreitamente ligada ao aparecimento do modo de produção capitalista. As segundas são transformações internas à estrutura industrial promovidas pelo próprio capitalismo já consolidado.

(2) Escolhemos aqui marcar o início de cada longo período pelo ano seguinte à crise que pôs fim precisamente a um ciclo clássico e seu término também por um ano de crise. Como os anos de crise não são os mesmos exatamente em todos os países capitalistas, optamos por aquele do país mais importante que determina a tendência do mercado mundial; isto é, Inglaterra até a primeira guerra mundial, e os EUA a partir daí.

De 50 em 50 anos, a economia navega em duas "ondas longas"

A história internacional do capitalismo, das suas origens até hoje, aparece portanto não somente como uma sucessão de ciclos industriais a cada 7 ou 10 anos, mas também como uma sucessão de períodos mais longos de 50 em 50 anos, aproximadamente. Podemos caracterizar 4 desses períodos até o presente:

1º) O longo período que vai do fim do século XVIII até a crise de 1847.

Caracteriza-se pela generalização progressiva nos ramos industriais mais importantes da máquina a vapor fabricada de modo artesanal e manufatureiro. É o longo período da revolução industrial.

2º) O longo período que vai da crise de 1847 até o início dos anos 90 do século XIX. Caracteriza-se pela generalização dos motores a vapor fabricados mecanicamente como motor principal de todos os ramos industriais. É o longo período da primeira revolução tecnológica (1).

3º) O longo período que vai dos anos 90 do século passado até a Segunda Guerra Mundial. Caracteriza-se pela utilização generalizada do motor elétrico e do motor a explosão em todos os ramos industriais. É o longo período da segunda revolução tecnológica.

4º) O longo período que começa nos EUA por volta dos anos 40 e nos outros países imperialistas entre 1945-48. Caracteriza-se pela difusão das máquinas eletrônicas (também pela introdução progressiva da energia atômica). É o longo período da terceira revolução tecnológica.

Cada um desses longos períodos subdivide-se em duas fases. Uma primeira, da revolução da técnica propriamente dita, caracterizada pela criação de centros de produção

dos novos meios de produção, por uma taxa de lucro elevada, e por uma aceleração da acumulação de capital onde os capitais anteriormente acumulados são maciçamente investidos. Segue-se uma segunda fase na qual a revolução propriamente dita da técnica já se efetou, e portanto os centros de produção dinâmicos passam a crescer e melhorar apenas quantitativamente. Trata-se da generalização da revolução tecnológica a todos os ramos de produção. Portanto, a razão determinante do aumento súbito da acumulação do capital no setor de bens de produção já desapareceu. É assim, uma fase de progressiva diminuição da taxa de lucros, de diminuição da acumulação e do crescimento econômico, de dificuldades em encontrar oportunidades lucrativas para a totalidade dos lucros obtidos e, por decorrência, de armazenamento do capital excedente. (2)

Em cada fase expansiva, os períodos de alta conjuntural, dentro dos ciclos industriais "clássicos", são mais longos e mais intensos e as crises de superprodução cíclicas mais curtas e menos graves. Ao contrário, nas fases de contração dentro das "ondas longas", os períodos de alta conjuntural são mais curtos e débeis e as superproduções mais longas e mais graves.

De acordo com esse esquema, temos as seguintes fases sucessivas: crescimento acelerado até 1823, arrefecimento de 1824 a 1847, aceleração de 1843 a 1873, arrefecimento de 1874 a 1893, crescimento acelerado de 1894 a 1913, arrefecimento de 1914 a 1939; aceleração de 1940 a 1945 ou 1948 a 1966... (3)

Mas é na luta de classes que fica decidido o ritmo da maré

Hoje, estamos entrando novamente na segunda fase, caracterizada por uma acumulação de capital em baixa (fase da "onda longa"), nascida a partir da segunda Guerra Mundial. A seqüência mais intensa de recessões nas economias imperialistas importantes (França 1962, Itália 1963, Japão 1964, Alemanha 1966/7, EUA 1969/71, Inglaterra 1970/1, Itália 1971, e recessão geral 1974/?) parece confirmar esta explicação.

As várias oscilações da economia capitalista mundial dentro dessa fase depressiva da "onda longa" nascida no pós-guerra tem agora um sentido definido. Trata-se de tentativas por parte da burguesia internacional de reestruturar uma nova "onda longa" expansiva. A solução para um novo esquema energético,

uma nova divisão internacional do trabalho, um novo padrão tecnológico, e enfim tudo isso, uma nova correlação de forças entre capitalistas e trabalhadores, são tentativas que se revelam por trás das dificuldades que vem vivendo o capitalismo mundial a partir do final da década passada e começos da atual.

Se os capitalistas conseguirem ou não seu intento é algo ainda indefinido e que se resolverá fundamentalmente no campo da luta de classes. Pois por trás daquelas mesmas dificuldades acha-se também a organização e luta dos trabalhadores tentando fazer com que a atual "onda" depressiva suceda-se não uma outra expansiva, mas sim um novo sistema social.

Preço do petróleo: culpado ou mero "bode expiatório" da crise?

Para alguns, a atual crise deve-se à arrogância dos árabes em multiplicar o preço do petróleo. Tal ousadia teria desurranjado as relações comerciais do planeta e produzido uma série de distúrbios tanto econômicos como sociais e políticos. Mas o capitalismo, ou melhor, a livre iniciativa, é considerado um sistema sócio-econômico tão robusto e vigoroso, que logo conseguirá domar a rebeldia e voltar a correr sobre os trilhos do progresso harmonioso.

Para outros, a produção capitalista é necessariamente cíclica alterando a cada 5, 7 ou 10 anos, períodos de expansão e de contração da atividade econômica. E este movimento não seria determinado pelo acaso ou por fatores fortuitos mas sim por inevitáveis leis internas do próprio modo de produção capitalista. Os ciclos econômicos seriam assim o modo de ser do sistema, e a crise atual uma fase de contração que foi precedida e será sucedida por

uma fase de expansão

Se bem que esta segunda visão seja no essencial verdadeira, no entanto ela nada nos diz sobre as particularidades da situação atual. Desse ponto de vista a crise mundial temporânea deve-se aos mesmos motivos que qualquer outra crise do capitalismo: sejam as várias recessões dos anos 50 e 60, seja a grande depressão de 29, sejam as crises do século XIX.

E o resultado político dessa análise não fornece uma visão concreta do processo social em curso que possa orientar aqueles que se preocupam em mudar a realidade.

Assim, a questão relevante a se responder é a seguinte: o movimento cíclico do capitalismo simplesmente se reproduz a cada 10, 7 ou 5 anos segundo a duração do ciclo industrial, ou existe também uma dinâmica mais longa configurando épocas históricas diferentes?

Três "pontos de mudança", três épocas de gorda lucratividade

A história do capitalismo revela três momentos de mudança, marcados por significativo aumento da taxa de lucro. Logo após 1848; no final do século passado e no começo da segunda guerra mundial.

Pode-se identificar três pontos de inflexão na história do capitalismo a partir do momento em que este já se acha formado definitivamente. Cada um destes momentos caracteriza-se por uma significativa elevação da taxa de lucro. Com tal elevação desenvolve-se toda uma renovação e difusão tecnológica, que termina, após certo tempo, por configurar uma nova época histórica.

O primeiro destes momentos ocorreu em meados do século XIX, imediatamente após a revolução de 1848. A significativa elevação da taxa de lucro aparentemente deveu-se ao aumento radical do excedente de valor produzido pelos trabalhadores a partir de uma baixa nos salários tornada possível pelo barateamento dos bens de consumo que compõem a dieta da força de trabalho. Isto foi possível devido ao aumento de produtividade na indústria de bens de consumo.

O segundo ponto de inflexão deu-

se na década dos 90 do século passado. O investimento súbito e maciço de capital excedente das metrópoles nas colônias, a penetração de capitais nestas regiões "virgens" somada ao barateamento de matérias-primas daí decorrentes contribuíram para uma elevação da taxa de lucro.

O terceiro momento surge no começo da segunda guerra mundial nos EUA e no final do conflito nos demais países imperialistas. O aumento radical da intensidade do trabalho - explicado pelo nazi-facismo por um lado e pelo ritmo de guerra do trabalho nas democracias burguesas por outro - combinado com a baixa do preço, tanto de matérias-primas pela penetração de técnicas mais modernas nestas esferas de produção, como de máquinas pelo aumento de produtividade nas indústrias mecânicas, é que explicam agora a súbita elevação na taxa de lucro média.

Taxa de crescimento anual da produção industrial (Períodos aprox.)	Inglaterra	Alemanha	EUA
1800-1826	4,7%	-	-
1827-1847	3,2%	-	-
1848-1875	4,5%	4,5%	5,4%
1876-1893	1,2%	2,5%	4,9%
1894-1913	2,2%	4,3%	5,9%
1914-1938	2,0%	2,2%	2,0%
1939-1967	3,0%	3,9%	5,2%

Fontes das tabelas: Ernest Mandel, *Le Troisième Âge Du Capitalisme*, U.E.G., 1976.

(3) Ondas Longas	Tendência principal e causas
1ª 1783-1825	Expansão; a taxa de lucro cresce. As máquinas são fabricadas artesanalmente. A agricultura permanece atrasada com relação à indústria - o valor das matérias primas sobe. Salários baixam devido à expansão do proletariado industrial e ao desemprego volumoso. Mercado mundial em expansão - América do Sul.
2ª 1826-1847	Arrefecimento; a taxa de lucro estagna. Os lucros extraordinários obtidos a partir da convergência com a produção precapitalista na Inglaterra e Europa Ocidental diminuem. A expansão do mercado mundial se arrefece. O valor crescente das matérias primas neutraliza os efeitos positivos para o capital da baixa dos salários.
3ª 1848-1873	Expansão; a taxa de lucro cresce. A passagem das máquinas fabricadas mecanicamente baixa o valor do capital fixo, de forma que a alta nas matérias primas é neutralizada para o conjunto do capital. Extensão do mercado mundial em consequência da industrialização a partir da Revolução de 1848 e da construção de ferrovias na Europa e América do Norte.
4ª 1874-1893	Arrefecimento; a taxa de lucro baixa, depois estagna, e em seguida sobe ligeiramente. As máquinas fabricadas mecanicamente são difundidas. Os lucros extraordinários desaparecem. Os salários crescem na Europa Ocidental. As exportações de capital e as matérias primas baratas das colônias somente pouco a pouco e que vão possibilitando um aumento na acumulação de capital. Estagnação relativa do mercado mundial.
5ª 1894-1913	Expansão; a taxa de lucro cresce, depois estagna. Os capitais exportados e investidos nas colônias, o imperialismo, e a generalização dos monopólios, somados à estabilização dos preços das matérias primas e favorecidos pela segunda revolução tecnológica, permitem uma elevação generalizada da taxa de lucros e um rápido crescimento da acumulação de capital. Forte expansão do mercado mundial - Ásia, África e Oceania.
6ª 1914-1939	Declínio; taxa de lucro decresce fortemente. A guerra, o abalo do comércio internacional e o recuo da produção material levam a dificuldades crescentes na lucratividade do capital. A tendência é reforçada pela vitória da revolução russa e consequente diminuição do mercado mundial.
7ª 1940-45-66	Expansão; a taxa de lucro cresce no início, depois começa a baixar lentamente. A fraqueza (em parte a atomização) das classes operárias decorrente do fascismo e da segunda guerra mundial permite um aumento brusco na taxa de exploração. Daí uma elevação da taxa de lucro que favoreceu a acumulação. De início na produção bélica, em seguida na realização da terceira revolução tecnológica. O mercado mundial se retrai devido principalmente à extensão dos domínios nacionalistas (Europa Oriental, China, Coreia do Norte, Vietnam, Cuba) mas por outro lado se estende pela intensificação da divisão internacional do trabalho e da industrialização das ex-colônias.
8ª 1967-	Arrefecimento do crescimento; a taxa de lucro decresce. O lento desaparecimento do exército industrial de reserva dos países imperialistas bloqueia, apesar da automação crescente, uma elevação suplementar da taxa de exploração. A luta de classe solapa a taxa de lucro. A concorrência internacional acentuada e a crise monetária jogam no mesmo sentido. A expansão do comércio internacional se arrefece.

Psiquiatria na Bahia Quais os problemas?

Em assembléa geral, a Associação Psiquiátrica da Bahia aprovou, por unanimidade, a divulgação de um memorial fazendo um balanço da situação da assistência psiquiátrica naquele Estado e as condições de trabalho a que se encontram submetidos os profissionais do setor.

O documento, de nove laudas datado de 17/11, apresenta as seguintes conclusões:

- Que a situação da assistência psiquiátrica para a população e as condições de trabalho dos psiquiatras, no Estado da Bahia, encontram-se em níveis de extrema precariedade.
- Que tal estado de coisas encontra-se inserido em uma situação de saúde da população brasileira bastante deficiente, tanto em relação aos seus níveis de morbidade quanto no que se refere à assistência prestada às suas reais necessidades.
- Que essas más condições de saúde refletem o quadro político e socio-econômico atual do país.
- Que existe uma necessidade de redefinição da política de saúde geral e saúde mental no sentido de canalizar mais recursos para as verdadeiras necessidades da população, propiciando uma igualdade no acesso e qualidade de serviços prestados, apoiando e melhorando a qualidade dos serviços públicos a fim de reverter o caráter mercantil e privatizante da atual prática psiquiátrica.
- Que é importante o desenvolvimento de programas alternativos de

atenção à saúde mental integrados à saúde geral, com ênfase no atendimento ambulatorial e maior participação dos médicos generalistas e pessoal auxiliar, com finalidade de buscar modelos alternativos que, avaliados, sejam incorporados aos programas globais.

f) Que se torna imperativo uma maior adequação do aparelho formador de recursos humanos às necessidades da saúde mental de nossa população, reassumindo a Universidade a sua função crítica e a produção de conhecimentos mais vinculados à nossa realidade.

g) Que quaisquer propostas de atuação visando a resolução dessa problemática não podem ser dirigidas a aspectos parciais da questão.

h) Que é urgentemente necessário a organização de uma luta permanente no sentido de propiciar melhores condições de trabalho e remuneração dos profissionais de saúde mental, através de maior mobilização e participação nas associações e sindicatos profissionais, levando-os a assumir as suas verdadeiras funções, identificados com as necessidades da população.

i) Que a população e os profissionais envolvidos na prestação de serviços tenham maior participação na discussão, planejamento, e formulação das políticas de saúde, através da abertura de canais de expressão mais representativos dentro de um processo de democratização da sociedade.

Jornalistas de SP têm chapa e programa

O Comitê Unidade Participação e Liberdade divulgou um folheto no qual faz um balanço da convenção que promoveu no dia 23 de outubro na sede do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. Estiveram presentes 158 delegados, eleitos nas redações, cada um representando no mínimo 10 jornalistas.

O Comitê foi formado por volta de junho e teve por missão consultar a classe para tirar um programa e elaborar uma chapa para concorrer à sucessão da diretoria atual daquele Sindicato. O processo culminou com a realização da convenção, que durou cerca de 10 horas.

O programa aprovado na convenção consta de 28 itens, e os três primeiros referem-se à luta política que se pretende desenvolver:

- 1) Lutar pela Liberdade sindical ampla e pela revisão da atual legislação sindical, através da mobilização de toda a categoria;
- 2) Lutar pela livre negociação entre a categoria e os patrões, sob a arbitragem de uma Justiça do Trabalho independente e soberana; combater a legislação que fixa arbitrariamente

aparte

Cartas à redação e cartas abertas; opiniões, críticas e apartes.

Nossa proposta de Frente Jornalística

ACIONISTAS

O órgão máximo de EM TEMPO é a reunião de todos os seus trabalhadores e apoiadores econômicos: assembléa geral. Tal reunião define o programa e a linha editorial do jornal, além de eleger os integrantes do Conselho Administrativo da Editora Aparte S/A.

"A direção do jornal estará sempre em mãos de órgãos colegiados democrática e periodicamente eleitos. As pessoas que, por seu trabalho, são reconhecidas as que fazem o jornal, serão portadoras de ações tipo A da Editora. Esta categoria de acionista terá o direito de eleger na assembléa geral — em separado — 4/5 dos membros do Conselho de Administração, ao qual caberá assegurar o cumprimento da linha editorial e da política administrativa."

As ações tipo B são reservadas aos "apoiadores econômicos" que não tenham condições de trabalhar no jornal (em qualquer um dos seus setores). Na assembléa geral, os "apoiadores econômicos" elegerão 1/5 do Conselho de Administração. No entanto, quando da definição do programa e da linha editorial do jornal, os acionistas A e B votarão em igualdade de condições, na base de um voto por pessoa.

Ao leitor não será difícil imaginar as dificuldades econômicas com que se defronta um órgão independente, democrático, sem base financeira, e cujo objetivo principal é subsidiar — através das idéias que divulga — o desenvolvimento dos setores mais conseqüentes da oposição. Tal empreendimento requer não só uma dedicação permanente dos que trabalham diretamente no projeto, mas também depende do apoio de todos que se identificam com seus objetivos. Nesse sentido, EM TEMPO está agora em campanha visando a ampliação de seu quadro de acionistas, na certeza de contar com a colaboração e participação efetiva de seus leitores.

EM TEMPO, publicação da Editora Aparte S/A, é o produto da proposta de uma frente jornalística:

"O jornal será formado por todos aqueles que se identificam com seu projeto, articulados numa frente jornalística, constituída por jornalistas, colaboradores e demais participantes do empreendimento editorial. Esta equipe definirá democraticamente a política editorial e administrativa. Ressalte-se que o jornal não será nem órgão oficial da oposição, nem veículo de expressão de tendência ou grupo desta oposição. Porém, sem cair no ecletismo, deverá colocar-se dentro dos marcos permitidos pela convergência da frente jornalística. O que se propõe é uma forma de democracia interna que permita a aglutinação de vários indivíduos com posições particulares possivelmente diversas, os quais terão efeitos canais para manifestarem suas idéias e propostas relativas aos rumos e definições do jornal. A democracia interna deverá possibilitar o máximo consenso no interior da frente jornalística."

Do nosso programa, aprovado em assembléa geral no último dia 10 de setembro, em São Paulo, presentes mais de 400 colaboradores do jornal, consta ainda o seguinte:

"A efetivação desta democracia, na qual se garantirá o acesso de todas as decisões, em igualdade de condições, será alcançada através da distribuição da propriedade do jornal. Assim, os empregados, administradores, colaboradores da redação e da administração, e os "apoiadores econômicos" do jornal serão também acionistas da editora que o publicará, quer através da aquisição de ações, quer, se for o caso, recebendo-as como doação. Mas, de maneira alguma, haverá diferença de poder de voto entre aquelas pessoas que serão proprietárias da editora que publicará o novo jornal. Isto porque todo acionista terá direito a um único voto em cada decisão das assembléas, independentemente do número de ações que vier a possuir".

O zero sob o fogo da crítica

Todo o pessoal de EM TEMPO — sede e sucursais — fez um balanço crítico do número zero. A crítica, como frisou o pessoal de Brasília, "pode, em certos momentos, parecer muito severa, mas é uma contribuição verdadeiramente efetiva". E, segundo um leitor, "somando falhas e acertos, EM TEMPO leva uma grande vantagem: saiu na hora".

Aqui estão algumas dessas críticas:

LINGUAGEM

"Achamos que o jornal está a caminho da tão procurada linguagem descontraída. O estilo do jornal é bom, as matérias em geral são de fácil leitura. A linguagem da terceira página (Cultura), porém, destoa do resto do jornal". (Da sucursal de Brasília)

"As matérias Nós, o Sonho e o Buraco é Mais Embaixo foram consideradas destoantes das propostas do projeto do jornal. A colocação elitista e a linguagem contradizem até o editorial". (Da sucursal de Porto Alegre).

LOGOTIPO

"O logotipo do jornal está solto, sem fio, diferente do que aparece na última página". (Da sucursal de Brasília)

"A cor e o logotipo do jornal foram infelizes, não agradaram a maioria. A disposição do logotipo, meio solto, sem traço nenhum separando do resto do jornal, agradou bastante". (Da sucursal de Salvador)

ILUSTRAÇÕES

"As charges são pobres, pouco criativas e sugestivas. Houve uso excessivo de charges em detrimento da fotografia". (De Brasília)

"Os protestos foram gerais contra as ilustrações (consideradas fracas), a não utilização de mais foto". (De Salvador)

"Achamos que os desenhos escapam da proposta de EM TEMPO, pelo fato de serem apenas ilustrações". (De Porto Alegre)

DIAGRAMAÇÃO

"Houve quem enxergasse na primeira página dois jornais: o de baixo e o de cima." (De Salvador)

"A diagramação está movimentada e foi boa a escolha do corpo das letras e o espaçamento entre as linhas." (De Brasília)

"Apesar de ter sido unânime a opinião de que ET inovou, achamos que os espaços em branco foram exagerados". (De Porto Alegre)

"Em alguns meios publicitários daqui de Curitiba, achou-se que o jornal está com cara de experiência amadorística, pois sua 'embalagem' é amadora. Aqui para nós, o jornal ficou com cara de página interna da Tribuna do Paraná, que é o jornal de crimes local." (De Curitiba)

EDITORIAL

"Algumas colocações boas; há, porém, a necessidade de um histórico do jornal — a formação, a frente jornalística, a estrutura interna democrática, etc." (De Brasília)

"... foi considerado muito bom no essencial, havendo unanimidade sobre o último parágrafo: achamos importante a colocação sobre a linguagem, mas não da forma como aparece no texto. Pelo desenvolvimento do editorial, caberia um final mais conclusivo, mais firme." (De Porto Alegre)

"... parece ser a melhor coisa do jornal." (De Curitiba)

"... acharam muito bom porque conseguiu transmitir o pensamento básico do jornal, por meio de uma linguagem simples, como a que nos propusemos utilizar". (De Salvador)

"MISSÃO PORTELA,

"Ao invés de mostrar o furo e a inoperância da missão Portela com fatos mais concretos, ficou somente ao nível de crítica e denúncia. Faltou uma análise mais conseqüente da conjuntura". (De Brasília)

"... foi considerada digna de um tratamento mais enfático, em que se caracterizasse que tempo político a Portela pretende ganhar." (De Porto Alegre)

"Houve exagero no texto e não acrescentou nada em análise e informação." (De Salvador)

"AMACIANDO O PORRETE"

"... ficou apenas numa tentativa de fazer uma análise mais séria sobre a questão dos direitos humanos." (De Brasília)

"... de um lado, o texto deixa clara a velha posição nacionalista. Outros não atribuíram esse cunho nacionalista à matéria, dizendo que não se pode negar o papel dos EUA como líder dos países capitalistas. Alguns julgaram a matéria excepcional, pois desmistifica a campanha de Carter." (De Salvador)

"NÓS, O SONHO"

"... uma linguagem destoante da do resto do jornal. A abordagem está fora de época e parece-nos que o espírito da matéria foge ao conceito de cultura do jornal. Apesar de o assunto tratado ser importante, poderia ter tido um enfoque diferente, mais cotidiano..." (De Brasília)

"... a matéria foi considerada muito boa, mas fora do projeto do jornal. Achamos que esse tipo de matéria deve ser feito a partir de dados do nosso dia-a-dia..." (De Porto Alegre)

"O BURACO É MAIS EMBAIXO"

"... tem linguagem acadêmica e cai no sociologismo da arte." (De Brasília)

"... considerada elitista por ser conceitual apenas." (De Porto Alegre)

"... a matéria agradou." (De Curitiba)

"REPOSIÇÃO SALARIAL"

"... faltou definir opinião sobre a questão dos trabalhadores e especificar formas de luta na reposição salarial." (De Brasília)

"... boa, ... mas poderia ser mais ampla ... pois a reposição é uma luta nacional dos trabalhadores." (De Porto Alegre)

"Os operários nunca acreditaram em matemáticas oficiais"

Caros amigos de **Em tempo**: "Tomo como referência inicial para a apreciação do jornal as definições de propósitos que apreendi do folheto "Um jornal em debate" e do Editorial deste exemplar (**Em Tempo** n.º 0). Diferentemente dos jornais da chamada grande imprensa, **Em Tempo** não se propõe simplesmente "bem informar" no sentido ideal e clínico dos manipuladores da informação (...) também não pretende ser um genérico novo canal de oposição ao regime. A proposta que se afirma é a de subsidiar a oposição mais conseqüente, e como tal identifica aquela que reconhece na luta dos trabalhadores o carro-chefe das transformações sociais. Esta proposição se configura nos dois textos citados, na formulação dos trabalhadores se colocarem à frente das lutas pelas liberdades democráticas. Em que pese as tentativas que se fazem para precisar o sentido de democracia, quando tantas bandeiras, representando interesses antagonísticos, são hasteadas em seu nome, continuam imprecisas as definições do jornal, não identificam com maior clareza a quem, no que e como o jornal deve subsidiar e apoiar em seus esforços. Ou seja, quais as lutas hoje travadas pelos setores classificados como mais conseqüentes da oposição? A ver do jornal elas estão no caminho certo? Como subsidiá-las e apoiá-las?"

Algumas afirmações tendem a generalizar uma visão política desta oposição que me pareceu precipitada e, por isso mesmo, prejudicial.

"Na boca de uma oposição difusa, uma expressão a unificá-la: liberdades democráticas."

Alí se fala, certamente, daqueles setores que volta e meia ganham as páginas dos noticiosos: setores empresariais, entidades de profissionais liberais, agremiações políticas, setores atuantes do movimento estudantil, etc. Mas pode-se afirmar que isto é a verdade no que toca àqueles setores que, segundo o próprio jornal, são o carro-chefe: os trabalhadores? O jornal, em seu Editorial, tira a conclusão:

"Eles (os trabalhadores) não acreditam mais no caráter ilusório da matemática oficial e ameaçam pisar um novo terreno. Opinar sobre política, exigir também a alteração do regime."

Ao falar dos setores mais conseqüentes, **Em Tempo** certamente não se refere apenas aos trabalhadores, ou melhor, ao operariado, mas também aos setores das classes médias, que, pelas suas condições também de explorados, e pela evolução de suas aspirações sociais, poderão vir a reconhecer naqueles a locomotiva (ainda sem maquinista) do comboio social.

No entanto, se é possível medir com maior precisão a pressão das classes médias através de suas manifestações organizadas, seu acesso aos meios de comunicação, já não é tão fácil apreender a dinâmica das tendências do movimento dos trabalhadores. A citação acima contém, a meu ver, uma proposição genericamente justa: de fato, os operários **ameaçam** pisar em terreno novo e deverão opinar sobre política. Por outro lado, é meio arriscado se generalizar que não acreditam mais na matemática oficial. A referência para esta afirmação seria, provavelmente, o alcance das recentes manifestações de grande porte com vista à reposição salarial. Mas a colocação, tal como é feita, promete um erro: na verdade os operários nunca **acreditaram** em matemáticas oficiais, pois o sentido de suas lutas, considerando-se sua trajetória nos anos pós 64 e, particularmente, pós-68, não foi tolhido por algum tipo de crédito cedido ao governo pelos trabalhadores e sim pela desarticulação de seu movimento por meio da repressão à sua luta, à sua organização e por toda legislação que impede sua livre organização. Os fenômenos recentes da luta pela reposição apontam efetivamente para uma retomada, lenta, com níveis bastante diversos de região para região, da luta dos trabalhadores, mas se não se auferir cuidadosamente os caminhos que ela percorre, suas dificuldades, corre-se o perigo de tentar impingir aos trabalhadores uma realidade que ainda não estão vivendo, de não atingi-los com o apoio pretendido (...).

O público leitor deste jornal certamente será variado, mas, diferentemente dos órgãos de imprensa, propõe-se atingir uma terra até então de ninguém: os trabalhadores. Mesmo que se trate "daqueles elementos mais "instruídos" deste setor, há duas coisas a considerar. Por mais "instrução" que tenham, esta ainda assim é muito limitada, restrita na grande maioria dos casos a cursos primários, quando não ao Mobra ou algum curso de especialização profissional; leitura pouca ou nenhuma e, infelizmente, a indefinível televisão.

Isto tudo aponta para a necessidade de um cuidado todo especial de redação, de aprendizado de formas de comunicação que certamente acompanharão o estreitamento dos vínculos do pessoal do jornal com seu público leitor. Mas desde agora me parece ser preciso um esforço específico ao se trabalhar os assuntos levando em consideração as dificuldades de apreensão apontadas.

A outra coisa a considerar, que reforça o que foi dito, é que quanto mais acessível em sua linguagem, melhor (o jornal) poderá ser utilizado por seu público para ampliar sua área de atingimento. Um jornal com a variedade de propósitos e de públicos como este, certamente abrigará níveis diversos de complexidade em seus assuntos e determinados artigos se dirigirão apenas à parte do público leitor potencial. Mas quanto aos artigos que se pretende que tenham um maior alcance, é mais importante que sejam compreendidos pelos setores menos "instruídos" do que o fãstio que possam sentir ao lê-lo os setores de maior "instrução", com o "mastigado" das abordagens (...).

Trechos de uma longa carta do leitor
C. E. Rocha
São Paulo

Faturando em nome de Deus BRADESCO

"Pelos nossos governantes, por todos os que sustentam a lei, promovem a ordem e garantem a segurança e a liberdade, oremos ao Senhor", oficiou Márcia de Windsor na cerimônia do Dia de Ação de Graças. Quanto custou a publicidade insistente veiculada pelo Bradesco no rádio, na TV e nos jornais? Qual o preço das roupas e fantasias importadas do Japão? Das sombrinhas e camisetas publicitárias entregues a milhares de crianças? Na cidade de Deus (Osasco, São Paulo) ninguém sabe. "Doze milhões de cruzeiros" avaliam alguns. Será? Uma cliente do Bradesco declarou no dia seguinte à reportagem de EM TEMPO: "Eles são cristãos, não vão enganar os pobres, e o governo estava lá".



A solenidade do Dia Nacional de Ação de Graças, realizada em 24 de novembro último, na Cidade de Deus, sede do Bradesco, foi transmitida a todo o Brasil por 67 emissoras de televisão e 370 de rádio. Acorreram a solenidade, entre outros, o governador paulista, Paulo Egídio, e os prefeitos de São Paulo, Olavo Setúbal, e de Osasco, Guaçu Pitteri (MDB). A diretoria do banco foi representada pelos srs. Amador Aguiar, diretor-presidente, e Laudo Natel (ex-governador e novamente tido como candidato ao governo de São Paulo, pela ARENA).

O Dia de Ação de Graças (Thanksgiving Day) é a maior festa nacional dos Estados Unidos, onde é comemorada há 356 anos. Com essa festa, os norte-americanos comemoram a acolhida dada aos sobreviventes do **May Flower** (barco que conduzia imigrantes ingleses) pelos índios que habitavam a região próxima ao cabo Cod, a atual Nova Inglaterra. No Brasil, o Dia de Ação de Graças foi instituído em 1949 pelo presidente Gaspar Dutra (Lei Federal nº 781) e regulamentada em 1965 pelo presidente Castelo Branco (decreto nº 57.298). Só a partir de 1972, entretanto, a data passaria a ser efetivamente comemorada, sempre na Cidade de Deus. Ao que consta, por iniciativa pessoal do sr. Amador Aguiar e às expensas do Bradesco.

Também consta ser de inspiração do sr. Amador Aguiar o filme repetidamente passado na televisão, em que ele próprio aparece convidando a população para a solenidade deste ano. Para a revista Veja, o sr. Amador Aguiar teria declarado não ter pedido qualquer graça: "apenas agradeço o que tenho, porque já é demais".

Artistas e autoridades animaram o grande show do Bradesco

O ato foi aberto pelos 15 mil presentes que entoaram o Hino Nacional. A seguir, Márcia de Windsor leu a "Oração Comunitária". A cada uma de suas frases, todos respondiam "Senhor, escutai a nossa prece", seguindo um folheto previamente distribuído.

— Pela paz de todo o mundo, pelo bem de nossa pátria, pela fraternidade universal e pela união de todos os cidadãos, oremos ao Senhor.

— Pelos nossos governantes, por todos os que sustentam a lei, promovem a ordem e garantem a segurança e a liberdade, oremos ao Senhor.

— Pela família e pela escola, pelas entidades que promovem o trabalho e a prosperidade, oremos ao Senhor.

— Para que sejamos leais, fortes, diligentes, unidos, solidários e humanos, oremos ao Senhor.

A seguir, a orquestra e coral do maestro Zácara executou o Hino à Pátria, Walter Forster leu a prece de Ação de Graças e Francisco Egídio cantou a música "Paz do meu Amor", como em todos os anos anteriores. Finalizando o ato, todos rezaram o Pai Nosso e os estudantes cantaram a música "O Brasil é feito por nós".

Os caixas das agências Bradesco de Osasco, Lapa e Pinheiros, em 25 de novembro, mostravam-se orgulhosos pelo ato promovido pelo "nosso banco" e acreditavam que ele havia tido uma influência positiva sobre os negócios "num dia ruim, 25, em que ninguém ainda recebeu o pagamento".

Dona Maria Aparecida, 56 anos, prendas domésticas, depois de efetuar um depósito na Agência Pinheiros declarou ao repórter:

— Sim, eu assisti a missa pela televisão. Um espetáculo dignificante, que devia ser repetido todos os dias...

A pergunta seguinte ("A senhora é cliente do Bradesco por causa do Dia de Ação de Graças?") deixou a entrevistada desconcertada e guagueijante: — é... não, quer dizer... mais ou menos... eles são cristãos, não vão enganar os pobres e o governo estava lá, voce viu? E também tinha autoridades. O banco é seguro... eu sou bem tratada pelos funcionários. Ao menos a religião deles eu sei.

A maioria dos clientes e todos os funcionários sabem que o Bradesco é o maior banco privado do Brasil... "e da América Latina também", acrescentaram vários deles, ouvidos na Cidade de Deus. Nenhum dos clientes conseguiu lembrar de qualquer propaganda feita por outro banco. A maioria, entretanto, conseguiu recordar da "mocinha com a palavra Bradesco no peito". Quase todos tinham visto ou ouvido falar do Dia de Ação de Graças; poucos achavam que fosse propaganda.

No dia seguinte elevaram-se seus depósitos bancários

Apesar disso, parece evidente a influência do Dia de Ação de Graças, de outras medidas promocionais e da política econômica oficial sobre o crescimento do Bradesco. Os números são significativos: em dezembro de 1972, o Banco contava com 456 agências; hoje possui 841 e está construindo uma nova "Cidade de Deus", em Campinas, Estado de São Paulo. Entre 1971 e 1976, apenas o Banco Brasileiro de Descontos — o principal integrante de um grupo composto por aproximadamente outras 30 empresas — cresceu cerca de 750%: seu item capital e reservas subiu de 450 milhões de cruzeiros para mais de 3.700 milhões.

Depois de mais de três horas em pé, as crianças saíram da Cidade de Deus carregando sombrinhas, camisetas ou mochilas, todas com a inscrição bradesco. Todas ganharam um embrulho com chocolate e guloseimas.

Será que essas crianças participaram da festa? Segundo a sra. Mabel, 40 anos de idade, mãe de uma criança de 4 anos, professora primária, para

quem a festa "foi grandiosa", só no painel (formando desenhos da Bandeira Nacional de cristo e de flores) havia 468 crianças. Além dessas, outras 1.600 crianças da Fundação Bradesco e 5.500 da rede de ensino oficial de Osasco foram mobilizadas. Nos anos anteriores, diversas crianças desmaiavam depois de horas sob o sol. Outra professora da Fundação Bradesco, com grande naturalidade, declarou à reportagem que "Só um aluno da fanfarrinha desmaiou, porque as fardas eram muito pesadas".

Os estudantes participaram voluntariamente ou foram forçados?

O sr. Baldini, 38 anos de idade, administrador da Fundação Bradesco se revolta com o termo festa: "Festa não, e sim cerimônia com caráter cívico-religioso". Ele afirma que a religião do sr. Amador Aguiar é "Evangélica cristã", uma "soma entre catolicismo e protestantismo". Para ele "não, houve qualquer ajuda do governo e as crianças participaram voluntariamente".

Eduardo Diogo, 17 anos, estudante do colégio da Fundação disse que os alunos sofrem uma "certa influência para comparecerem à comemoração". Para ele, o Bradesco é, ao mesmo tempo, rígido e liberal: "rígido porque impõe normas severas, como o corte de cabelo e

e saiu "porque não aguentava as pressões e a vida no Bradesco", principalmente em virtude dos métodos brutais do então diretor, Carlos de Oliveira. Afirmou que não se conformava com a obrigatoriedade do "cabelo curto" e as pressões que sofria por questões de higiene "bestas e atoa porque eu sempre tomei meus banhos e minha mãe sempre fiscalizou minhas orelhas". Segundo ele, o diretor tirava os alunos da fila, "aos empurrões", quando "achava que eles estavam com o sapato sem engraxar, as unhas sujas ou com o cabelo comprido". Celso participou duas vezes do Dia de Ação de Graças, em 1974 e 1975 "porque eles escolhiam os mais fortes e corados".

"Nós confiamos em Deus": frase impressa nos envelopes do Bradesco

— Os alunos eram obrigados a comparecer porque eles tiravam ponto da nota. Ninguém gostava, mas todos aceitavam as regras, talvez porque tivessem medo. Existia desconfiança entre os próprios alunos.

No verso, esses envelopes trazem outra frase: "Educaí as crianças, e não será preciso punir os homens".

Os talões de cheques desse banco também têm uma frase, a mesma do enorme letreiro colocado na entrada do principal e bem policiado prédio da Cidade de Deus: "Só o trabalho pode produzir riquezas".

O Sr. Baldini disse à reportagem: — Cidade de Deus é a sede do trabalho. O Bradesco

No dia de Ação de Graças, até crianças trabalharam — e de graça — para a TV.

a participação no Dia de Graças, e promete punições: liberal porque nem sempre cumpre as ameaças". Mas, para ele "tem gente que exagera no cabelo; por isso é necessária uma certa pressão. É preciso o corte de cabelo para manter a disciplina". Ele também acha que "a maioria dos alunos já se acostumou com isso".

Celso, 18 anos, ex-aluno do ginásio da Fundação, acha que Amador Aguiar é "protestante presbiteriano". Estudou no Bradesco até há dois anos

Cidade de DEUS

Cerca de 10 mil pessoas trabalham, 2 mil estudam e mil e quinhentas residem sempre sob os olhares atentos da VIBRA. A qualquer momento, sob quaisquer suspeitas, podem ser chamadas para prestar esclarecimento à toda poderosa Segurança.

Aproximadamente 80.000m² de terreno, completamente cercados por muros. Uma polícia particular que atende pelo sugestivo nome de VIBRA (Vigilância Bradesco), com aproximadamente 200 leais integrantes. Onde "cabeludo e barbudo não entram". Assim é a Cidade de Deus. Situada em Osasco, mas não submetida à autoridade do prefeito municipal. Que se diz Cidade, mas em suas bancas são proibidos os seguintes jornais: Pasquim, Movimento, De Fato, Coo-jornal, Folha de São Paulo, Jornal da Tarde, etc. etc. Que se diz "de Deus", mas onde não existe nenhuma igreja ou simples capela. Onde é crime fazer festas após as 22 horas, receber amigos após essa hora ou simplesmente jogar papel na rua.

Nela trabalham 10.000 pessoas. As "irregularidades" (cinco bastam para a expulsão de um morador) são apuradas pela toda poderosa Segurança. Aliás, um de seus integrantes, o investigador Naves, demitiu-se recentemente do Bradesco para assumir o cargo de subdelegado da Vila Campesina, vizinha da Cidade de Deus.

Foi nesse mundo fechado que EM TEMPO conseguiu entrar, nos dois dias que sucederam o Dia de Ação de Graças. Nesse mundo também entram sempre, de helicóptero, os aliados internacionais do maior banqueiro privado "nacional". Gerentes e diretores dos grupos Sanwa Bank, Ltd, do Japão, e do Group European Banks (conglomerado que reúne o Deutsche Bank, a Société Generale, o Amsterdam-Rotterdam Bank e o Creditanstalt-Bankverein), que detêm precisamente 20% do capital do Banco Bradesco de Investimentos.

sempre lutou pelo trabalho porque o trabalho é uma forma de evolução do homem e da sociedade. Então é importante fazer isso (a comemoração do Dia de Ação de Graças) dentro do próprio ambiente de trabalho porque tem um **efeito psicológico**. Tanto é que todo mundo trabalhou ontem (dia 24)".

No Dia de Ação de Graças, o Bradesco não parou. Até as 11,30 horas todos os funcionários trabalharam normalmente. Depois, certamente, tiveram que recuperar o tempo perdido. "Um banco desse tamanho não pode parar nunca", disse um motorista do Bradesco, "como ficaria os computadores? A ordem aqui é faturar!".

Oscar, 26 anos, programador de computadores, ex-funcionário do Bradesco, declarou que a gente sempre teve dois controles de horário: o relógio de ponto das 7 às 13 horas (a jornada de trabalho legal dos bancários é de seis horas) e a listinha do chefe, quando ele queria que a gente chegasse antes ou saísse depois". Oscar disse ainda:

— Eu sempre trabalhei 8 e até 9 horas por dia, mas nunca vi cheiro de hora extra. E tinha que usar cabelo curto e passar por "cavala" nos balneários do Atlético e do Floresta. Eles viviam prometendo promoção, grande (...): os "chefinhos" só ganham 100 ou 200 cruzeiros a mais do que os outros. Eu saí e ganho o dobro em São Paulo.

O Bradesco quer até a alma de seus funcionários

Apesar de seus apelos a Deus, o Bradesco exige compromissos difíceis de aceitar por parte de seus funcionários. Pelo que foi revelado por Carmem, 27 anos, ex-funcionária, o banco exige que certos funcionários assinem uma **Carta de Princípios para Caixa e Corrente**, que foi estendida para todos os chefes. Carmem recorda alguns tópicos dessa carta:

— Comprometo-me a manter sob sigilo o dinheiro do banco;

— Comprometo-me a colocar os interesses da Nação e do Bradesco acima dos meus próprios;

— Comprometo-me a integrar-me à filosofia de trabalho do Bradesco.

Hélio Macedo, 21 anos de idade, escriturário, já está há cinco anos no Bradesco e parece acreditar numa brilhante carreira dentro do banco, onde a "maioria dos gerentes e diretores não precisou tirar diploma de faculdade para chegar aonde estão". Para ele, o Bradesco gastou muito dinheiro na festa "e acho que agiu certo". Foi à festa para trabalhar, "aliás, os funcionários trabalharam bastante na organização dela", que "é uma comemoração mais para os estudantes". Hélio acredita que a solenidade "é importante por ser uma forma de agradecimento", que ele não sabe muito bem para quem e nem por quê. Um seu colega o esclareceu:

— Pelos lucros que o Bradesco teve durante o ano.

Embora estivesse apenas brincando, o colega de Hélio tinha alguma razão: o Bradesco, segundo dados do Banco do Brasil, tem uma rentabilidade operacional média de 41,3% ao ano, a mais alta de todo o Sistema bancário.

O EXÉRCITO DE MUTILADOS

Uma pequena máquina que se alimenta de braços humanos. Assim pode ser definido o obsoleto motor onde o sisal é desfibrado, largamento utilizado na região sisaleira da Bahia. Um mínimo de descuido e pronto, é mais um braço que se foi. Nesta brincadeira, quase dois mil trabalhadores já perderam a mão e ficaram cotós, formando assim um exército de mutilados.

E quem ficar coto está perdido. Como sobreviver sem um braço em pleno sertão baiano, particularmente numa região onde a lavoura do sisal é praticamente a única atividade econômica? Indenização que é bom não existe, pois como todos empresários que se prezam, os produtores estão preocupados apenas em seus lucros e, é claro, em aumentar a exportação do sisal.

Os trabalhadores do sisal só chamam a atenção sobre si exatamente pelo grande número de mutilados que vivem a perambular nas feiras de cidades como Serrinha e Valente. No resto, eles se assemelham aos demais trabalhadores rurais do Brasil, que conseguem sobreviver com um salário inferior ao mínimo. Só que eles sentem mais na pele o que representa a assistência previdenciária no Brasil e principalmente no campo, onde se tornou um artigo de luxo. Quem perde um braço nem de longe sonha em ser amparado pelo Funrural, que só mostra eficácia, ao menos na região sisaleira da Bahia, em época de eleições. Pág 4



EM TEMPO

SEMANÁRIO NACIONAL

EXPERIMENTAL UM

DEZEMBRO DE 1977